

BASE AÉREA N.º 5

MONTE REAL



DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2017

Referente ao período de 01.01.2017 a 31.12.2017
Ano de publicação: 2018



BASE AÉREA N.º 5 Monte Real



DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2017

Referente ao período de 01.01.2017 a 31.12.2017
Ano de publicação: 2018



Mensagem do comandante

É com um enorme orgulho que testemunho, como Comandante da Base Aérea N.º5, o fecho do primeiro ciclo de três anos de uma certificação única e singular em toda a União Europeia – a certificação EMAS, obtida por uma Unidade militar, a Base Aérea N.º5.

Esta certificação só foi possível graças a um conjunto de pessoas, muito determinadas, desta Unidade, em estreita colaboração com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, que, juntos, compreenderam a importância, a complexidade, e o envolvimento requerido nesta demanda, e conseguiram alcançar este objetivo.

Convitos da necessidade de conciliar o cumprimento da missão que está confiada à Base Aérea N.º5, com a proteção do ambiente, esta Unidade tem vindo a promover mecanismos que incentivam um desenvolvimento sustentável, apostando num modelo circular de serviços que, por sua vez, potenciam sinergias entre as várias atividades desenvolvidas.



Torna-se ainda importante reconhecer que tais medidas são entendidas por todas as partes interessadas, como prova a distinção no EMAS Awards 2017, em que a Unidade, após uma seleção criteriosa da Agência Portuguesa do Ambiente, ficou nos vinte finalistas, entre cerca de 4.000 organizações concorrentes, bem como a mais recente conquista do 1º lugar, na 24ª Edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, com a candidatura “EstratagEMAS”.

Assumindo, sem quaisquer reservas, que a preservação do ambiente é uma obrigação e um dever de todos e para todos, esta certificação EMAS eleva a responsabilidade da Unidade em matéria do Ambiente e potencia o foco na melhoria contínua, perseguindo, com ambição, novos projetos que reduzam o impacto negativo sobre os recursos essenciais à vida para as gerações vindouras.

A certificação EMAS não representa um fim em si mesma, mas antes um compromisso da Base Aérea N.º5 em respeitar e defender o Ambiente, no seu modus operandi, em todos os processos e atuações, liderando e, se possível, alargando o espetro de atuação a toda a Força Aérea, fazendo jus ao lema da Unidade – “alcança quem não cansa”.

ÍNDICE

- 1. Introdução | **06**
- 1.1. Estrutura Organizacional | **09**
- 1.2. A Base Aérea N.º 5 | **12**
- 1.3. Missão da Base Aérea N.º 5 | **13**
- 1.4. O Ambiente e a Base Aérea N.º 5 | **14**
- 1.5. Estrutura Ambiental | **15**
- 1.5.1. Gabinete da Qualidade e Ambiente | **16**
- 1.5.2. Esquadra de Manutenção | **17**
- 1.5.3. Esquadra de Abastecimento | **17**
- 1.5.4. Centro de Saúde | **17**
- 1.5.5. Delegados de Segurança em Terra e Ambiente | **18**
- 2. Política Ambiental e SGA | **20**
- 2.1. Âmbito | **21**
- 2.2. Política Ambiental | **21**
- 2.3. Sistema de Gestão Ambiental | **23**
- 2.3.1. Gestão do Sistema | **24**
- 2.3.2. Controlo Operacional | **25**
- 3. Aspetos Ambientais | **26**
- 3.1. Identificação das Atividades, Produtos e Serviços | **27**
- 3.2. Identificação de Aspetos e Impactes Ambientais | **27**
- 3.3. Avaliação da Significância de Aspetos e Impactes Ambientais | **27**
- 3.3.1. Aspetos Ambientais Diretos da Base Aérea N.º 5 | **30**
- 3.3.2. Aspetos Ambientais Indiretos da Base Aérea N.º 5 | **33**
- 4. Objetivos, Metas e PGA | **34**
- 4.1. Programa de Gestão Ambiental de 2015 | **35**
- 4.2. Programa de Gestão Ambiental de 2016 | **37**

5. Indicadores de Desempenho	40	5.2.3.2. Água Residual Tratada	54
5.1. Indicadores Principais	41	5.2.4. Resíduos	56
5.2. Indicadores Ambientais	42	5.2.4.1. Resíduos Sólidos Urbanos	56
5.2.1. Eficiência Energética	43	5.2.4.2. Outros Resíduos	58
5.2.1.1. Produção de Energia elétrica	43	5.2.5. Biodiversidade	63
5.2.1.2. Produção de Energia renovável	45	5.2.6. Emissão Total de GEE	64
5.2.1.3. Consumo de Diesel	46	5.3. Indicadores Ambientais 2017	65
5.2.1.4. Consumo de Gasolina	47	6. Requisitos Legais	66
5.2.1.5. Consumo de Gás natural	49	6.1. Principais Requisitos Legais	63
5.2.1.6. Consumo de GPL	50	7. Partes Interessadas	72
5.2.2. Consumo de Papel	51	8. Verificador Ambiental	82
5.2.3. Água	52		
5.2.3.1. Consumo de Água	52		

1. Introdução



1.1 A Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Força Aérea encontra-se publicada no Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, intitulado LOFA, Lei Orgânica da Força Aérea. Aqui encontra-se definido que “a Força Aérea tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.”

O Decreto-Lei indica ainda que “a organização da Força Aérea rege-se pelos princípios de eficácia e racionalização, garantindo:

- A otimização da relação entre a componente operacional e a componente fixa do sistema de forças;
- A complementaridade com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e com os outros ramos;
- A correta utilização do potencial humano, militar ou civil, promovendo o pleno e adequado aproveitamento dos quadros permanentes e assegurando uma correta proporção e articulação entre as diversas formas de prestação de serviço efetivo.”

O comando da Força Aérea é exercido pelo Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA) que, para o cumprimento da missão acima referida, compreende a seu cargo os seguintes órgãos:

- O Estado-Maior da Força Aérea (EMFA);
- Os órgãos centrais de administração e direção;
- O comando de componente aérea, designado por Comando Aéreo (CA);
- Os órgãos de conselho;
- O órgão de inspeção designado por Inspeção-Geral da Força Aérea (IGFA);
- Os órgãos de base;
- Os elementos da componente operacional do sistema de forças;
- Os órgãos e serviços regulados por legislação própria.

A Base Aérea N.º 5 encontra-se na dependência do Comando Aéreo (CA), tal como as restantes Unidades Base. “ O CA tem por missão apoiar o exercício do comando por parte do CEMFA, tendo em vista:

- A preparação, o aprontamento e a sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças;
- O cumprimento das missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas à Força Aérea, mantendo o CEMGFA permanentemente informado das forças e meios empenhados e do desenvolvimento e resultados das respetivas operações;

- O planeamento e o comando e controlo da atividade aérea;
- A administração e direção das unidades e órgãos da componente fixa, colocados na sua direta dependência;
- O planeamento, direção e o controlo da segurança militar das unidades e órgãos da Força Aérea.”

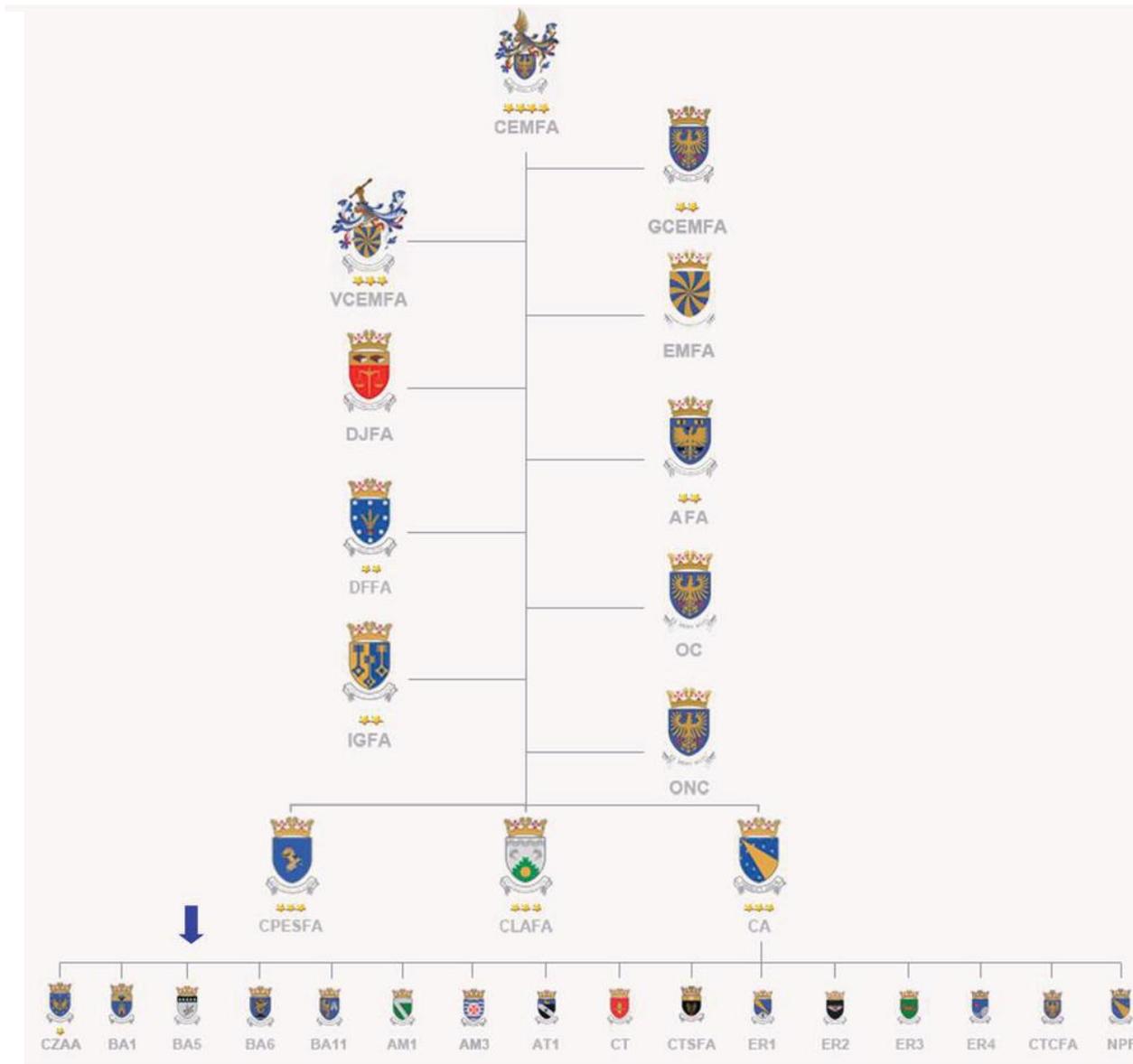


Figura 1: Base Aérea N.º 5 na Estrutura Orgânica da Força Aérea.

1.2 A Base Aérea N.º 5

A Base Aérea N.º 5 ocupa 482 hectares do território Nacional, estando situada na Serra Porto de Urso, localidade da Freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Implantada em 1959 sobre o aquífero Vieira de Leira – Marinha Grande, sofreu várias intervenções de ampliação até atingir as dimensões atuais.

Trata-se de uma estrutura militar que trabalha em contínuo, 24h por dia, todos os dias do ano. No entanto, durante o período entardecer/noturno apenas são realizados os serviços que garantem a prontidão dos meios e segurança da Unidade.

12

BASE AÉREA N.º 5	
NIF	600 010 686
CAE	84220 - Atividades de Defesa
MORADA	Rua da Base Aérea Serra Porto do Urso 2425-022 Monte Real
TELEFONE	244618003
FAX	244612550
E-MAIL	BA5_CMD_GABCMD@emfa.pt
SITE	www.emfa.pt
RESPONSÁVEL AMBIENTAL	Chefe do Gabinete de Qualidade e Ambiente Major Gumersindo Brás

Tabela 1: Elementos identificadores da Base Aérea N.º 5.

1.3 Missão da Base Aérea N.º 5

Integrada na estrutura de Defesa Nacional e da North Atlantic Treaty Organization (NATO), a missão da Base Aérea N.º 5 é “garantir a prontidão das Unidades Aéreas e apoio logístico e administrativo de unidades e órgãos nela sedeados, bem como a segurança interna e a defesa imediata”, contribuindo desta forma para a manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, para a defesa integrada do território português, bem como para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Para o cumprimento cabal da sua missão, a Base Aérea N.º 5 é composta por diversas infraestruturas, destacando-se a zona de aeródromo e diversos edifícios e equipamentos de apoio necessários. Atualmente opera 30 aeronaves de caça F-16 e de mais

componentes que constituem o único sistema de armas em operação. O universo de pessoal colocado na Unidade, em 31 de dezembro de 2017 era de 708 indivíduos, entre militares e civis.

Para a sustentação e operação deste sistema de armas, desenvolvem-se vários processos de trabalho que, contribuindo direta ou indiretamente para a prontidão e operação, culminam na execução das missões de voo, prevalecendo sempre a tónica na segurança.



1.4

O Ambiente e a Base Aérea N.º 5

14 A 31 de outubro de 2007 o CEMFA, através do Despacho n.º102/2007, posteriormente revogado pelo Despacho CEMFA n.º49/2017 de 9 de outubro de 2017, manda publicar a Política Ambiental da Força Aérea Portuguesa onde, “com a finalidade de conciliar o cumprimento da missão que lhe está atribuída com a proteção do Ambiente” assume variados compromissos de onde se destaca “assegurar, através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implementado em apoio ao cumprimento da missão, a minimização dos impactes que dela resultem, contribuindo para a proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através de boas práticas ambientais”.

Através do Despacho do CEMFA de 10JAN10, exarado na Informação n.º 595, de 05JAN10, da Divisão de Recursos (DIVREC), foi determinado o desencadear das ações com vista à implementação e certificação do EMAS, na Base Aérea N.º 5.

Neste contexto, este documento constitui a segunda atualização da Declaração Ambiental à luz do conceito EMAS. Nela são fundamentalmente aprofundados os requisitos legais ambientais afetos às atividades da Base Aérea N.º 5 e o relacionamento entre os aspetos ambientais e os objetivos pretendidos, refletidos nos indicadores ambientais que se consideraram como essenciais, praticáveis e exequíveis, em termos de monitorização de dados.

1.5 Estrutura Ambiental

Para gerir o SGA e aplicar os procedimentos instituídos, a Unidade dispõe duma estrutura ambiental. Estando na dependência direta do Comandante, compete ao Gabinete da Qualidade e Ambiente (GQA) a gestão do SGA. Nesta estrutura, cada subunidade ou secção, dependendo da sua dimensão e importância, é representada, pelo menos, por um Delegado de Segurança em Terra & Ambiente (DST&A). Para além destes, existem serviços que têm responsabilidades diretas em aspetos específicos e importantes, razão pela qual também fazem parte da mesma.

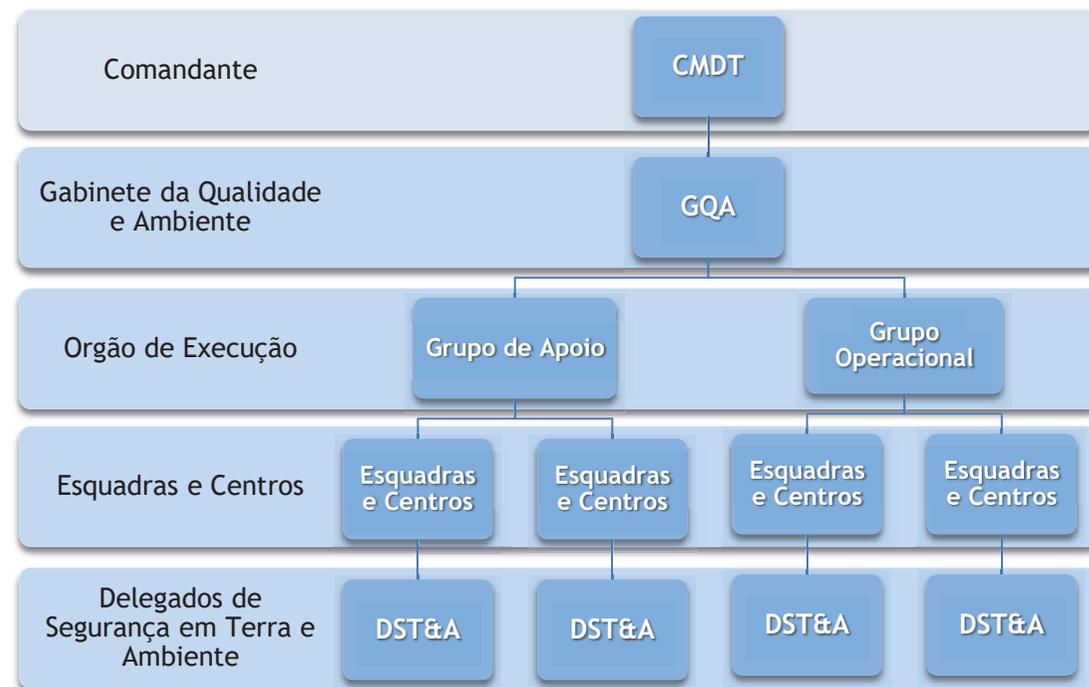


Figura 2: Estrutura do Sistema de Gestão Ambiental na Base Aérea N.º 5.

1.5.1. Gabinete da Qualidade e Ambiente

Na Base Aérea N.º 5, no final de 2008, é criado o Gabinete da Qualidade e Ambiente (GQA) no edifício do Comando, com a missão de assegurar a implementação e funcionamento de um sistema de gestão ambiental na Base, bem como o apoio direto ao Comandante em todos os assuntos no âmbito das suas competências. Ao GQA compete:

- Assegurar a melhoria contínua do SGA, com base na monitorização dos processos e na avaliação do desempenho relativamente aos objetivos definidos;
- Dar cumprimento aos requisitos do SGA implementado, à legislação aplicável, às diretivas técnicas estabelecidas e à Política Ambiental da Unidade;
- Contribuir para a utilização dos recursos disponíveis de modo eficiente e responsável;
- Planear e controlar as atividades de formação de ca-

riz ambiental internas e externas;

- Supervisionar a monitorização da qualidade da água de consumo humano e das águas residuais;
- Gerir a floresta e monitorizar as ações de manutenção da mesma;
- Rever e atualizar os Manuais relacionados com o SGA da Unidade Base (UB), em coordenação com o EMFA e com o Comandante da Logística da Força Aérea (CLAFa);
- Coordenar internamente com outros órgãos da Unidade as ações a desenvolver no âmbito da Qualidade e Ambiente;
- Elaborar Planos de Auditorias Internas e de simulacros, promover o seu cumprimento, propondo e controlando as ações corretivas;

- Acompanhar e colaborar com as auditorias externas, promovendo a implementação das ações corretivas definidas no âmbito das mesmas;
- Elaborar documentação interna, externa e relatórios, no âmbito da Qualidade (nas partes aplicáveis) e do Ambiente;
- Promover a implementação e aplicação dos procedimentos inerentes às funções Qualidade e Ambiente;
- Gerir o PATRI 1, Parque de Armazenamento Temporário de Resíduos Industriais, e promover o encaminhamento para o exterior dos Resíduos produzidos na Unidade.

1.5.2. Esquadra de Manutenção

A Esquadra de Manutenção (EMANUT) da Unidade é responsável pela manutenção e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo, de saneamento e do tratamento de águas residuais. Além desta componente ambiental com grande impacto na Base Aérea N.º 5, esta Esquadra apresenta também responsabilidades na gestão e manutenção dos sistemas de aquecimento da Unidade e na manutenção e gestão das áreas florestais.

1.5.3. Esquadra de Abastecimento

A Esquadra de Abastecimento é responsável pela gestão do PATRI 2 e pelo encaminhamento dos resíduos armazenados. O PATRI 2 recolhe equipamentos e mobiliários em fim de vida devolvidos pelos serviços da Unidade.

1.5.4. Centro de Saúde

O Centro de Saúde (CS) da Unidade, é responsável pela monitorização e controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água da Unidade e realizar, semanalmente, campanhas de monitorização da rede de distribuição da Unidade, destinadas ao controlo do cloro residual livre ou do dióxido de cloro.

1.5.5. Delegados de Segurança em Terra e Ambiente

Os DST&A dependem, para as questões ambientais, do Gabinete de Qualidade e Ambiente, com funções ambientais atribuídas ao nível das suas respetivas áreas de trabalho, tais como:

- Conhecer a Política Ambiental e o Programa de Gestão Ambiental (PGA) da Unidade e dar a conhecer ao pessoal do seu serviço;
- Organizar a documentação de trabalho e apoio aplicáveis à sua área e à função de delegado de ambiente;
- Gerir os resíduos que se encontram na sua área em conformidade com o preconizado;
- Reportar ao GQA incidentes, anomalias ou ocorrências, ou apresentar propostas de natureza ambiental;
- Conhecer os procedimentos de emergência previstos para ocorrências ambientais;

- Colaborar e acompanhar auditorias ambientais na sua área de responsabilidade.
- Sensibilizar periodicamente o pessoal do seu serviço, de forma a inculcar-lhes a responsabilidade para o cumprimento de procedimentos e boas práticas ambientais;
- Manter uma colaboração estreita com o GQA e participar nas reuniões de delegados quando for convocado, informando o pessoal da sua área do teor das mesmas.



2. Política Ambiental e SGA



2.1 Âmbito

Esta Declaração Ambiental é publicada devido ao registo da Base Aérea N.º 5 no Regulamento (CE) N.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (EU) N.º 1505/2017 da Comissão Europeia, de 28 de agosto, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

O âmbito da certificação incidiu sobre as “atividades desenvolvidas na Base Aérea N.º 5 para a produção de horas de voo, entre as quais a manutenção de aeronaves, de viaturas e equipamentos auxiliares”. Dados relacionados com consumos de combustíveis de aeronaves não constam da presente declaração por a sua divulgação poder afetar negativamente a con-

fidencialidade das informações relativas à defesa nacional.

A Diretiva N.º 001/2018, da Base Aérea N.º 5, define a atual Política Ambiental da Unidade, através do compromisso estabelecido pelo Comandante para com a Organização e a sociedade envolvente, no que diz respeito ao cumprimento das obrigações legais e na minimização dos impactes ambientais associados às atividades desenvolvidas na Unidade, sem comprometer o cumprimento da missão e de forma a:

a. Cumprir com a legislação ambiental em vigor e respetivas atualizações, bem como com normativos e requisitos que a Força Aérea ou a Base Aérea N.º 5 subscrevam;

2.2. Política Ambiental

Assegurar a revisão do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado, visando a melhoria contínua do desempenho ambiental;

b. Contribuir para a proteção do ambiente e para o seu desenvolvimento sustentável, fixando metas e objetivos associados aos aspetos ambientais significativos;

c. Considerar os aspetos ambientais nos processos de tomada de decisão, principalmente, nos processos de aquisições de bens, equipamentos e serviços;

d. Considerar os aspetos ambientais nos processos de trabalho, especialmente na manutenção de aeronaves, viaturas, equipamentos e infraestruturas, bem

como os que pode influenciar, considerando uma perspectiva de ciclo de vida;

e. Integrar requisitos e procedimentos ambientais no planeamento e realização de exercícios e operações, contribuindo para a prevenção da contaminação dos solos, águas subterrâneas e superficiais;

f. Garantir a formação do pessoal com responsabilidades diretas no SGA e a sensibilização para as questões ambientais de todo o pessoal da Base;

g. Elaborar planos de emergência, a serem colocados em prática, em caso de acidente ambiental, capazes de minimizarem os impactes ambientais associados aos aspetos ambientais significativos;

h. Envolver neste projeto, de forma ativa, todo o pessoal da Base Aérea N.º 5 e comunicar internamente o teor desta política, bem como a evolução e resultados do SGA;

i. Garantir a melhoria contínua na prevenção da poluição, através da redução de resíduos produzidos, na reutilização de materiais e equipamentos, na promoção da reciclagem, na redução do consumo de energia, das emissões sonoras e atmosféricas, bem como no consumo de recursos naturais, diminuindo a captação de águas subterrâneas;

j. Promover a comunicação entre as partes interessadas e a divulgação de boas práticas no domínio da proteção ambiental.

O Comando da Unidade compromete-se a empenhar os recursos disponíveis ao estabelecimento, implementação e manutenção do SGA na Base Aérea N.º 5.

2.3 Sistema de Gestão Ambiental

Conforme referido em 1.4. encontra-se implementado na Base Aérea N.º 5 o EMAS, Regulamento (CE) n.º 1221/2009, alterado pelo Regulamento (EU) N.º1505/2017 da Comissão Europeia, de 28 de agosto, num processo iniciado em 2010, é aplicável exclusivamente na área da Base delimitada pelo seu perímetro e abrange todo o pessoal colocado e em trânsito na Base Aérea N.º 5. Estão excluídas do conceito EMAS todas as restantes áreas e infraestruturas pertencentes à Unidade fora do referido perímetro.

A documentação que constitui o SGA é dividida em Procedimentos de Gestão do Sistema (PGS) e Procedimentos de Controlo Operacional (PCO). Estes têm associadas Instruções de Trabalho (IT) e Registos (R). Os procedimentos foram desenvolvidos de forma a controlar os Aspectos Ambientais identificados, permitindo assim a todo o pessoal que desenvolve as suas atividades, atuar eficazmente para que os objetivos ambientais propostos sejam alcançados. Estes vão sendo melhorados e refinados, acompanhando as fases de planeamento, implementação e operação, verificação e revisão pela gestão do SGA.



2.3.1. Gestão do Sistema

Os procedimentos de Gestão do Sistema atualmente existentes são dezassete, conforme se indicam na estrutura a seguir indicada:

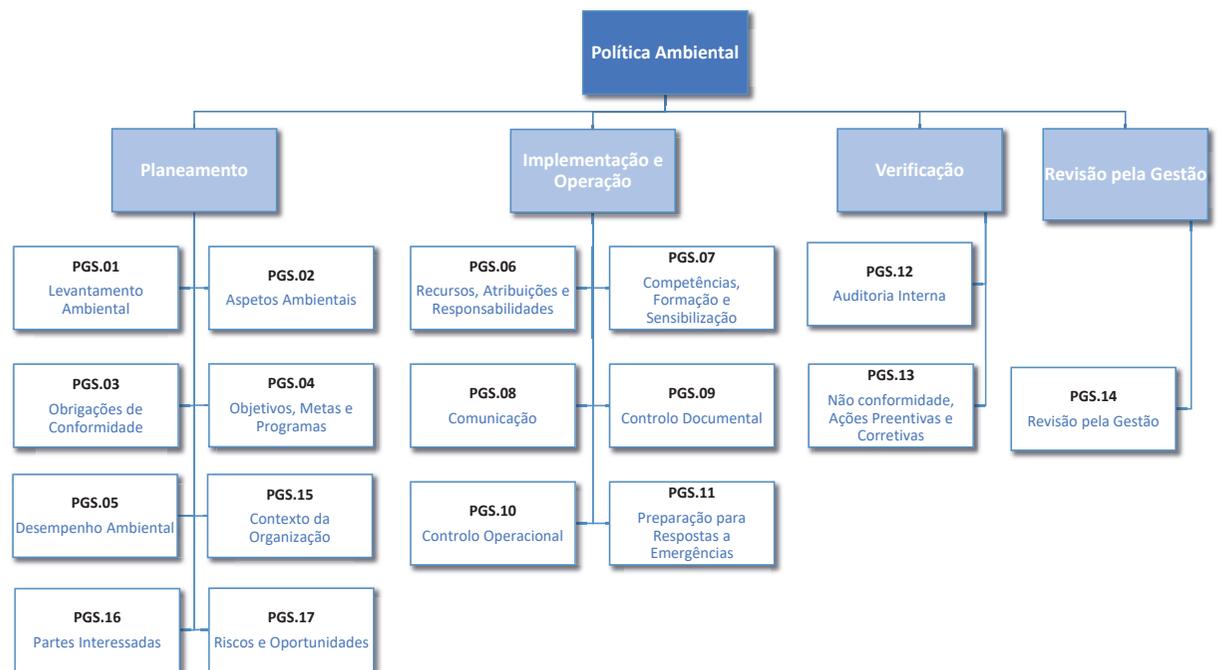


Figura 3: Procedimentos Relativos ao Sistema de Gestão Ambiental na Base Aérea N.º 5.

2.3.2. Controlo Operacional

Existem oito documentos de controlo operacional que foram elaborados para todas as atividades que estão diretamente relacionadas com aspetos ambientais, significativos. Nos mesmos constam as medidas a adotar em cada descritor ambiental de modo a controlar os aspetos ambientais e diminuir a sua significância, garantindo o acompanhamento das atividades geradoras dos mesmos. Deste modo, é possível monitorizar e prever situações danosas para o ambiente e apresentar medidas concretas que visam o cumprimento da Política Ambiental da Unidade.

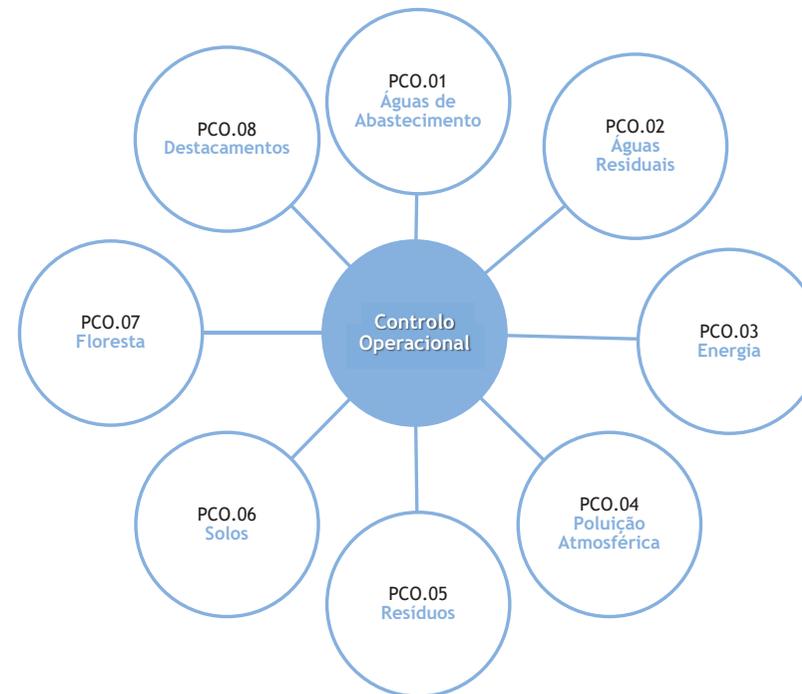


Figura 4: Documentação referente ao Sistema de Gestão Ambiental da Base Aérea N.º 5.

3. Aspetos Ambientais



3.1. Identificação das Atividades, Produtos e Serviços

A Unidade através dos DST&A realizou o levantamento inicial das atividades, produtos e serviços da Base Aérea N.º 5 abrangidos pelo SGA e que interagem com o ambiente. Após a elaboração deste levantamento foram analisadas as atividades de forma a apurar os aspetos e impactes ambientais diretamente relacionados.

3.2. Identificação de Aspetos e Impactes Ambientais

Nas diversas atividades, como anteriormente referido, foram identificados os aspetos ambientais e potenciais impactes ambientais associados. Uma vez efetuada a lista base de atividades, produtos e serviços com os respetivos aspetos e impactes ambientais associados, a Base Aérea N.º 5 identificou aqueles que podem ter um efeito cumulativo, considerando uma perspetiva de ciclo de vida. Perante este fato a Unidade procedeu à avaliação dos aspetos ambientais, com o intuito de avaliar a sua significância.

3.3. Avaliação da Significância de Aspetos e Impactes Ambientais

Para apoiar a avaliação da significância dos Aspetos Ambientais da Base Aérea N.º 5 foi definido o procedimento de avaliação dos aspetos e impactes ambientais. Este procedimento consiste em caracterizar os aspetos ambientais de acordo com a situação operacional (origem do aspeto ambiental associada à natureza da atividade), a incidência (efeito provocado no meio ambiente), a classe (dependência do aspeto das atividades internas ou externas à Unidade) e a temporalidade (ocorrência do aspeto no tempo), de acordo com as seguintes características:

• **Situação Operacional:**

Normal (N) – Sempre que resulte de atividade de rotina;

Ocasional (O) – Ocorre raramente, não resultando

de atividades de rotina;

Emergência (E) – Sempre que resulte de uma ocorrência anómala (e normalmente não desejada), nomeadamente a existência de riscos particulares.

• **Tipo de incidência:**

Positiva (+) – Sempre que produza benefícios ou reduza danos no ambiente;

Negativa (-) – Sempre que produza danos no ambiente.

• **Classe:**

Direto (D) – Advém das atividades inerentes à Unidade, sobre as quais esta detém o controlo por decisões de gestão interna;

Indireto (I) – Resultam de uma interação da Unida-

de com terceiros sobre os quais ela não possui inteiro controlo de gestão mas deve utilizar a sua capacidade de influência.

• **Temporalidade:**

Passado (P) – Sempre que resulte de ocorrências passadas;

Atual (A) – Se a sua ocorrência se verificar no tempo presente;

Futuro (F) – Sempre que a sua ocorrência esteja prevista num espaço temporal futuro.

Após caracterizar cada aspeto ambiental, é atribuída a significância aplicando um sistema de pontuação numérica segundo a avaliação de alguns critérios. Os critérios de classificação adotados para estabelecer a

significância dos aspetos, são os seguintes:

• **Probabilidade (1 a 4 pontos):**

Associado à frequência com que o impacto pode vir a ocorrer (situações de emergência);

• **Frequência (1 a 4 pontos):**

Associado à quantidade de vezes que o impacto ocorre;

• **Severidade (1 a 4 pontos):**

Reflete a grandeza do impacto;

• **Controlo do Aspeto (-1 a 2 pontos) –** Capacidade de controlar (aspetos diretos) ou influenciar (aspetos indiretos) o aspeto ambiental.

A classificação quanto à significância dos aspetos

ambientais é obtida através da aplicação da seguinte fórmula (tendo em conta a situação operacional do aspeto ambiental).

Atribuído o valor de significância, são considerados significativos os aspetos que obtenham uma pontuação igual ou superior a 8, assim como todos aqueles que apresentem uma severidade igual a 4 pontos.

Situação Operacional	Pontuação (P)	Aspeto significativo
Em situações normais ou ocasionais	$P = F \times S + C$	$P \geq 8 \vee S = 4$
Em situações de emergência	$P = P \times S + C$	

Tabela 2: Determinação da Significância dos Aspetos Ambientais.



3.3.1. Aspetos Ambientais Diretos da Base Aérea N.º 5

Após a avaliação realizada aos serviços e atividades desenvolvidas na Unidade, foram definidos os Aspectos Ambientais Diretos Significativos, explanados no quadro da página seguinte.

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Água	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar e alojamentos e habitações · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos, viaturas e infraestruturas · Trabalhos laboratoriais e lavagem vestuário · Treino de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes ao processo de tratamento · Inerentes à distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de sensibilização · Interdição da Rega · Aproveitamento de águas da chuva para lavagem dos canis 	-
Produção de Água Residual	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos e viaturas · Confeção alimentar · Alojamentos e habitações · Instalações sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> · Contaminação do solo · Contaminação de recursos hídricos · Inerentes ao tratamento · Associado aos Separadores de Hidrocarbonetos e Gorduras · Inerentes ao transporte de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> · Separadores de hidrocarbonetos e de gorduras nos locais de maior produção de águas residuais suscetíveis de incapacitar a ETAR da Unidade · Tratamento das águas residuais na ETAR da Unidade 	-
Consumo de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação pública · Alojamentos e habitações · Utilização de Equipamentos Elétricos 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Indiretos da produção de energia · Inerentes à extração dos recursos naturais · Poluição Atmosférica 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de Sensibilização · Redução da iluminação pública · Iluminação setorial nos hangares 	-
Produção de Energia Renovável	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação do posto de abastecimento de combustível · Aquecimento de águas sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> · Diminuição do consumo de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> · 	+
Consumo de Diesel	<ul style="list-style-type: none"> · Transporte de Recursos Humanos e Materiais · Manutenção e lavagem de aeronaves · Manutenção de Infraestruturas · Funcionamento de viaturas e equipamentos auxiliares 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de combustíveis fósseis · Inerentes à extração, produção e transporte combustível · Poluição Atmosférica · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos percursos · Conciliação das necessidades de transporte 	-
Consumo de Gás	<ul style="list-style-type: none"> · Aquecimento de Instalações · Confeção alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerente à produção, manutenção e fornecimento de produtos/equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos sistemas de aquecimento, das temperaturas e dos horários 	-
Consumo de Papel	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços administrativos 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à produção e fornecimento do recurso · Associados à produção, recolha e tratamento do resíduo 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização preferencial de documentação digital · Impressão frente e verso 	-

Tabela 3: Aspectos Ambientais Significativos da Base Aérea N.º5.

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Combustível (JP8)	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à extração, produção e transporte combustível · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins Militares 	-
Consumo de Produtos Químicos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à produção e fornecimento · Emissões atmosféricas · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos produzidos · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins oficiais · Racionalização na utilização dos produtos químicos 	-
Produção de óleos usados	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar (OAU) · Trabalhos laboratoriais · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Contaminação do solo e de recursos hídricos · Inerentes ao processo de produção e fornecimento · Inerentes à sua utilização · Associados ao armazenamento de óleos usados · Inerentes à recolha e valorização do resíduo 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	-
Produção de Resíduos Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Provenientes de situações anómalas · Inerentes ao processo de produção e fornecimento · Associado à recolha e tratamento dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas à segregação · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	-
Produção de Resíduos Perigosos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves · Limpeza de instalações, equipamentos e viaturas 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos · Associados ao armazenamento temporário 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	-
Emissão de Ruído	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição Sonora 	<ul style="list-style-type: none"> · Medidas mitigadoras 	-
Emissões Gasosas	<ul style="list-style-type: none"> · Trabalhos laboratoriais · Aquecimento de águas sanitárias e climatização de instalações · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição atmosférica · Efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> · Monitorização dos gases provenientes de caldeiras atividades que utilizem COV · Inspeções periódicas a todos os veículos 	-

Tabela 3: Aspectos Ambientais Significativos da Base Aérea N.º5.

3.3.2. Aspetos Ambientais Indiretos da Base Aérea N.º 5

A BA5 identificou e avaliou os aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que pode controlar ou influenciar, considerando uma perspectiva de ciclo de vida. A BA5 pode exercer a sua influência sobre estes aspetos, tomando medidas para notificar as partes externas que adotem estratégias de mitigação em relação aos aspetos ambientais que possam ser atenuados na origem. Da análise da Significância dos Aspetos Ambientais Indiretos, não resultou a identificação de Aspetos Ambientais Significativos.



4. Objetivos, Metas e PGA



M

19-01

4.1. Programa de Gestão Ambiental de 2017

Em janeiro de 2017 foi proposto e aprovado pelo Comandante da Unidade, o Programa de Gestão Ambiental (PGA) para o referido ano. O PGA é um programa que detalha as ações que visam a concretização dos objetivos e metas estabelecidas para o SGA da Unidade.

Como se pode verificar, os objetivos abrangem diferentes áreas (Água, Resíduos, Florestas, Atmosfera, etc.) e foram estabelecidos tendo em conta os Aspectos Ambientais mais significativos da Unidade, visando a melhoria contínua do SGA.

Uma vez que os objetivos e as metas apresentam diferentes graus de complexidade e, por vezes, não dependem apenas da Unidade, nem sempre é fácil o cumprimento dos mesmos. Caso disso são os objetivos associados aos indicadores ambientais (objetivos nº 6 e 7) e os objetivos que carecem de financiamento externo à Unidade (objetivos nº 4 e 5). Também o facto de existirem acontecimentos inopinados, nomeadamente os incêndios de 15 de Outubro, influenciam, significativamente, o cumprimento destas metas que, posteriormente, condicionam o desempenho ambiental da Unidade e outros objetivos estipulados (objetivo nº8).

Sucintamente indica-se, na seguinte tabela, cada um dos objetivos fixados para 2017 e a correspondente situação em termos de concretização.

Nº	OBJETIVO	META	EXECUÇÃO	TAXA EXECUÇÃO
1	Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	SET17	Taxa de Execução: 100% Foram enviados 3 militares para o Curso de Gestão Ambiental da DEP dos 3 militares previstos.
2	Melhorar a Gestão de Resíduos	Melhorar a segregação e armazenamento adequado dos resíduos	OUT17	Taxa de Execução: 100% Criação de ilha de resíduos comuns no Hangar de Manutenção
3	Supervisionar a Gestão dos RCD produzidos na Unidade	Garantir o correto encaminhamento dos RCD e/ou reaproveitamento destes	MAI17	Taxa de Execução: 100% Encaminhamento de resíduos resultantes das obras na ETA
4	Melhorar a gestão do parque florestal	Reflorestação da floresta	Não cumprido	Objetivo não atingido Sem orçamento para requalificar Antiga Saibreira
		Valorizar os resíduos florestais	JUN17	Taxa de Execução: 100% Recolha de resíduos florestais para valorização
		Renovar área florestal envelhecida	JUL17	Taxa de Execução: 100% Intervenções no âmbito do PGF
5	Melhorar a resposta a ocorrências ambientais decorrentes de situações de emergência	Alterar/Melhorar acesso à rampa de manutenção dos equipamentos de apoio	JUN17	Taxa de Execução: 100% Melhorado acesso à rampa de lavagem após auditoria IGFA
		Melhorar o sistema de prevenção e controlo de derrames	Não cumprido	Objetivo não atingido Sem disponibilidade financeira
6	Melhorar a qualidade e a eficiência do consumo da água	Diminuir o consumo de água na Unidade para valores inferiores a 300 L/ind. por dia	Não cumprido	Objetivo não atingido. Aumento dos consumos de água por indivíduo apesar da sensibilização do pessoal Consumos de água não dependem apenas do número de indivíduos Adequação do valor B para este indicador
		Melhorar a qualidade da água para abastecimento humano	ABR17	Taxa de Execução: 100% Beneficiação do sistema de distribuição (instalação de uma linha de ar comprimido e substituição de equipamento filtrante)
7	Melhorar a eficiência energética	Reduzir o consumo de energia elétrica face a 2015 para um valor inferior a 9,5 Kw/h/ind. por dia	Não cumprido	Objetivo não atingido. Aumento dos consumos por indivíduo apesar da sensibilização realizada Consumos de energia não dependem apenas do número de indivíduos Adequação do valor B para este indicador
		Diminuir o consumo de gás face a 2015 para um valor inferior a 0,75 m³/ind. por dia	Não cumprido	Objetivo não atingido. Aumento dos consumos por indivíduo apesar da sensibilização realizada Consumos de energia não dependem apenas do número de indivíduos Adequação do valor B para este indicador
		Aumentar a utilização das energias renováveis	NOV17	Taxa de Execução: 100%. Estudos para instalação de equipamentos de aproveitamento de energia solar
8	Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Dar a conhecer o SGA da Unidade	2017	Taxa de Execução: 100%. Candidatura ao EMAS Awards 2017; Participação no seminário Loures Inss – Inovação, Sustentabilidade e Sociedade; Artigo na revista Desafios da NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria.
		Valorizar área florestal da Unidade	Não cumprido	Objetivo não atingido. Incêndio na área florestal da Unidade impediu realização de um estudo relativo à área florestal.
		Promover as boas práticas ambientais nos ramos das Forças Armadas	MAI17	Taxa de Execução: 100% Candidatura ao Prémio da Defesa Nacional e Ambiente

Tabela 4: Cumprimento do Programa de Gestão Ambiental 2017.

4.2. Programa de Gestão Ambiental de 2018

Do Programa de Gestão Ambiental (PGA) traçado para 2018, constam os seguintes objetivos e metas.



OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Todos os Aspectos Ambientais	Rotatividade do pessoal	Necessidades de formação dos militares e civis	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	Propor dois DSTA para o Curso de Gestão Ambiental (CGA) Realizar pelo menos 9 Ações de Sensibilização junto do pessoal da Unidade	2018
Melhorar a gestão do parque florestal	Gestão de Resíduos	Conservação da Biodiversidade	Cumprimento do PGF	Reflorestação de 20% da área florestal	- Requalificar área ardida - Estudar candidatura a programas financiados (Programa de desenvolvimento Rural – PDR 2020)	MAI18
	Biodiversidade Manutenção dos Espaços Verdes	Prevenção de Incêndios	Assegurar a limpeza e manutenção da área florestal Sustentabilidade Ambiental	Valorizar 100% dos resíduos florestais	- Recolher e armazenar temporariamente os diversos resíduos florestais e encaminhá-los para valorização ou fertilizante (estilha);	2018
	Fauna e Flora	Prevenção de Incêndios	Cumprimento do PGF	Renovar 3% da área florestal (parte envelhecida)	Através do Plano de Gestão Florestal (PGF) efetuar propostas para substituição gradual de Pinhal.	2018
Melhorar a resposta a ocorrências ambientais decorrentes de situações de emergência	Derrames de substâncias perigosas	Proteção dos solos	Capacidade de resposta a emergências dos militares e civis	Realização de 3 demonstrações ou simulacros, em colaboração com o GPA	- Prever esta meta de simulacros no Planeamento de Simulacros de 2018.	2018
Melhorar a qualidade e a eficiência do consumo da água	Consumo de Água	Impactes inerentes ao Consumo de Água	Fornecimento de água em quantidade e qualidade	Diminuir 5% do consumo de água por pessoa na Unidade face a 2017	- Sensibilizar o pessoal para comunicar fugas de água. Divulgar contactos das entidades responsáveis. - Sensibilizar pessoal para a racionalização e evitar desperdícios.	2018

OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Melhorar a eficiência energética	Consumo de Energia Elétrica	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Reduzir 2% do consumo de energia elétrica face a 2017	- Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia. - Divulgar consumos trimestralmente no portal interno.	2018
	Consumo de Gás	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade;	Diminuir 2% do consumo de gás na Unidade face a 2017	- Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia. - Divulgar consumos trimestralmente no portal interno.	2018
					- Estudar a viabilidade de substituir o sistema de vapor da Messe (fraca eficiência energética).	2018
	Produção de Energias Renováveis	Aposta em fontes de energia mais limpas; Redução de custos para a Unidade;	Redução de custos para a Unidade;	Aumentar a utilização das energias renováveis	Projeto – Estudar aplicação e viabilidade de instalação de equipamentos para aproveitamento da energia solar (fotovoltaicos e solar térmico). Estudar a aplicação de projetos ao abrigo de programas financiados por fundos Europeus.	2018
Melhorar relacionamento com as Partes Interessadas	Todos os Aspectos Ambientais	Contribuição para a melhoria do desempenho ambiental	Comunicação com as Partes Interessadas	Obter uma média igual ou superior a 7 (escala de 1 a 10) nos questionários de avaliação do SGA	- Realizar questionários de avaliação das atividades do GQA junto das Partes Interessadas (militares e civis da BA5 e organizações externas)	2018
Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Todos os Aspectos Ambientais	Dar a conhecer o SGA da Unidade	Incentivar à replicação das boas práticas ambientais	Promover as boas práticas ambientais e dar a conhecer o SGA da Unidade	- Participar em pelo menos uma conferência externa à Unidade	2018

Tabela 5: Programa de Gestão Ambiental 2018.

5. Indicadores de desempenho



5.1. Indicadores de Desempenho

Os Indicadores Ambientais são analisados segundo a sua relação com um indicador transversal, denominado Indicador de Desempenho, de forma a permitir a análise e avaliação temporal dos mesmos. O Indicador de Desempenho (B), varia consoante o Indicador Ambiental em questão, uma vez que o comportamento deste, num dado intervalo de tempo, pode ser influenciado por diversos fatores. Desta forma, e tentando estabelecer métodos de análise mais realistas e adequadas à atividade da Base Aérea, definiu-se que os Indicadores de Desempenho seriam o número médio de indivíduos a trabalhar na BA5 (Gráfico 1), ou seja, o número médio anual dos efetivos da base (militares e civis), dos militares de outras origens, destacados na Unidade por razões de exercícios ou outras, bem como o número total de horas de trabalho ligadas à área manutenção (Gráfico 2).

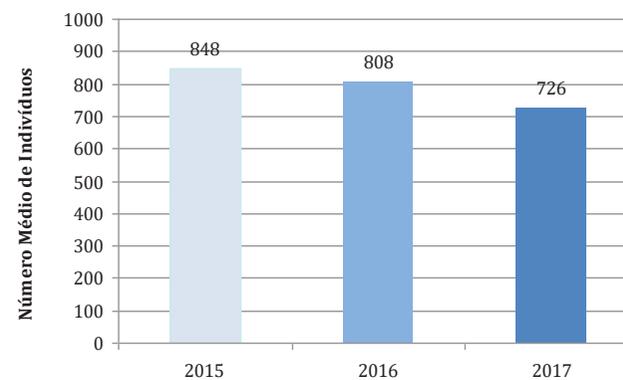


Gráfico 1: Número Médio Anual de Indivíduos na BA5.

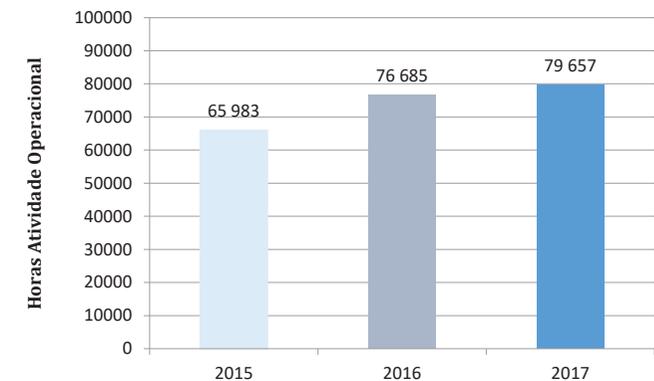


Gráfico 2: Horas Atividade Operacional.

5.2. Indicadores Ambientais

A fim de assegurar um controlo aproximado à evolução do desempenho ambiental da Unidade, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros mensuráveis, designados por Indicadores Ambientais (Tabela 2), que permite obter resultados específicos de gestão dos Aspetos Ambientais.

42

Estes indicadores correspondem aos descritores a avaliar, representando, normalmente, consumos e emissões relacionados com a atividade da Unidade. Os indicadores fornecem, desta forma, uma avaliação rigorosa do desempenho ambiental da Unidade, tendo um contributo essencial na tomada de decisão ao nível da gestão dos aspetos e impactes ambientais, através da influência nas atividades desenvolvidas.

DESCRITOR	INDICADOR AMBIENTAL (VALOR A)	INDICADOR DESEMPENHO (VALOR B)	UNIDADE (A/B)
Águas de Abastecimento	Água Consumida (AC)	Horas de Atividade Operacional	m ³ _{AC} / Hoperacional
Águas Residuais	Água Residual Tratada (AR)	Número de Indivíduos	m ³ _{AR} / N ^o indivíduos
Energia	Energia Elétrica Consumida (EEC)	Horas de Atividade Operacional	kWh _{EEC} / Hoperacional
	Diesel Consumido (D)	Número de Indivíduos	L _D / N ^o indivíduos
	Gasolina Consumida (G)	Número de Indivíduos	L _G / N ^o indivíduos
	GPL Consumido (GPL)	Número de Indivíduos	m ³ _{GPL} / N ^o indivíduos
	Gás Natural Consumido (GN)	Horas de Atividade Operacional	m ³ _{GN} / Hoperacional
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Horas de Atividade Operacional	Kg _{RSU} / Hoperacional
	Resíduos Encaminhados (R)	Horas de Atividade Operacional	Kg _R / Hoperacional
	Valorização Resíduos	Total Resíduos Produzidos	%
Materiais	Papel Consumido (P)	Número de Indivíduos	Kg _P / N ^o indivíduos
Biodiversidade	Área Florestal (AF)	Área Total da Unidade	%
Emissões	Emissão Total de GEE (CO ₂ eq)	Número de Indivíduos	KgCO ₂ eq / N ^o indivíduos

Tabela 6: Indicadores Ambientais.

Por fim, o valor dos indicadores resulta do rácio entre os Indicadores Ambientais (valor A) e o Indicador de Desempenho (valor B) que, tal como foi frisado no capítulo anterior, pode ser compreendido como o número total de indivíduos na Unidade ou o número de horas associadas à manutenção.

Assim, nos casos em que o Indicador Ambiental varia independentemente do número de indivíduos na Unidade, ou seja, nas situações em que verifica uma variação destes sem que

se verificasse, por sua vez, o mesmo comportamento no número de pessoas presentes na Unidade, foi selecionado um valor B correspondente ao número de horas de atividade operacional, admitindo, assim, que este é o fator que, nestes casos, influencia verdadeiramente os valores dos respetivos indicadores.

5.2.1. Eficiência Energética

5.2.1.1. Consumo de Energia elétrica

A energia elétrica consumida pela Unidade é maioritariamente fornecida por uma entidade externa. No entanto, a pequena fração que, em casos pontuais, é obtida através de geradores ou de baterias, não é contemplada neste indicador, uma vez que se encontra refletida no consumo de Diesel.

O consumo de energia elétrica encontra-se estreitamente associado ao volume de atividade operacional, que corresponde não só horas de voo, mas também a todos os serviços inerentes a estas, como é o caso dos serviços de manutenção e inspeção de aeronaves. Este ano, para além da diminuição dos valores anuais do consumo de energia elétrica, com a adequação do valor B, verificou-se igualmente um decréscimo do indicador ambiental.

Isto deve-se essencialmente à aposta da Unidade em medidas e ações que visam reduzir estes consumos, como campanhas de sensibilização, a redução de da iluminação dos arruamentos na ordem dos 50% e a iluminação sectorial dos hangares, que permite iluminar exclusivamente as áreas com trabalhos a decorrer e uma gestão mais eficiente de equipamentos elétricos no apoio diário à manutenção.

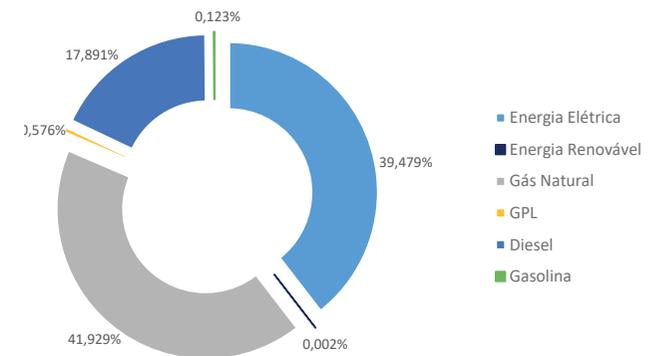


Gráfico 3: Energia Total Consumida.

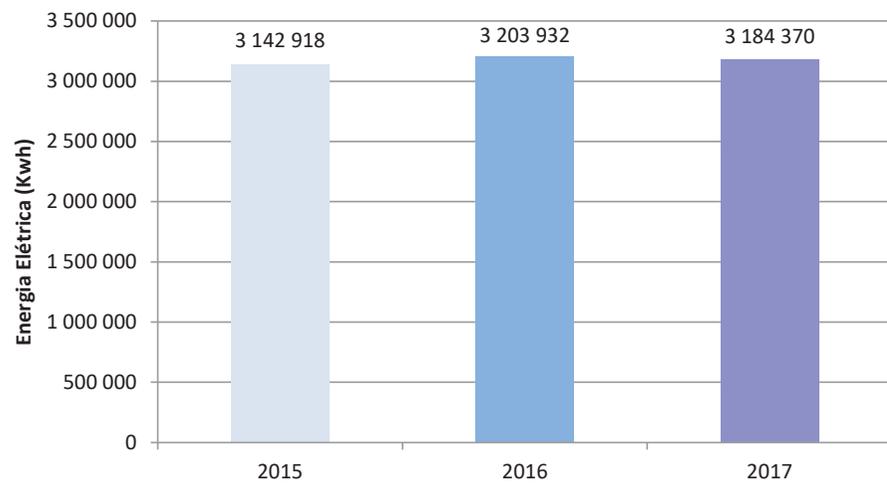


Gráfico 4: Consumo Anual de Energia Elétrica.

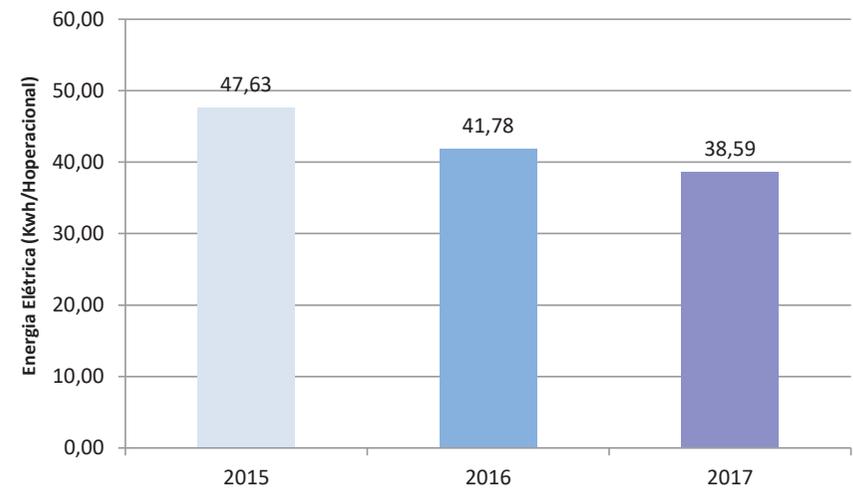


Gráfico 5: Consumo Anual de Energia Elétrica por Horas Atividade Operacional.

5.2.1.2. Produção de Energia Renovável

Atualmente encontram-se instalados na Unidade dois equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis:

- (1) Painel solar fotovoltaico;
- (2) Conjunto de painéis solares térmicos.

O painel solar fotovoltaico encontra-se instalado desde o início de 2012 no parque de estacionamento das viaturas de abastecimento de combustível, com o propósito de alimentar a iluminação desse local.

O segundo equipamento encontra-se junto ao alojamento de sargentos N.º 2 e é utilizado na produção de águas quentes sanitárias para os alojamentos N.º 1 e N.º 2 de Sargentos. Durante a colocação deste equi-

pamento não foi contemplado a instalação de um contador, pelo que não é possível a contabilização da energia produzida e desta forma refletir o seu contributo neste descritor, pelo que não será contemplado na análise.

Assim, existindo apenas um único equipamento de produção de energia passível de ser contabilizado, constatou-se que apenas 180kWh por ano são produzidos na Unidade através de energia renovável.

Atendendo aos consumos de energia da Unidade este valor representa menos de 0,01% da energia total consumida, sendo por isso considerado desprezível. Este facto não diminui a importância atribuída a este indicador, tendo em vista a sua natureza e a ideia de se apresentarem projetos nesta área a curto prazo, havendo muita margem para introduzir melhorias.

5.2.1.3. Consumo de Diesel

Os consumos de Diesel na Unidade estão relacionados com a utilização dos veículos terrestres, dos equipamentos com motor de combustão, como é o caso dos geradores de corrente elétrica, dos equipamentos auxiliares e da caldeira de aquecimento do edifício do Centro Coordenador de Segurança e Defesa – CCSD, sendo que a maioria deste consumo provém das deslocações dos veículos terrestres. Indo ao encontro dos resultados dos outros indicadores, o consumo anual de Diesel se relaciona com o volume de trabalho, sendo compreensível que nos períodos de maior atividade ocasionem maiores consumos.

Esta diminuição deve-se essencialmente à utilização mais eficiente dos veículos, através de um sistema de partilha de recursos entre as diversas secções.

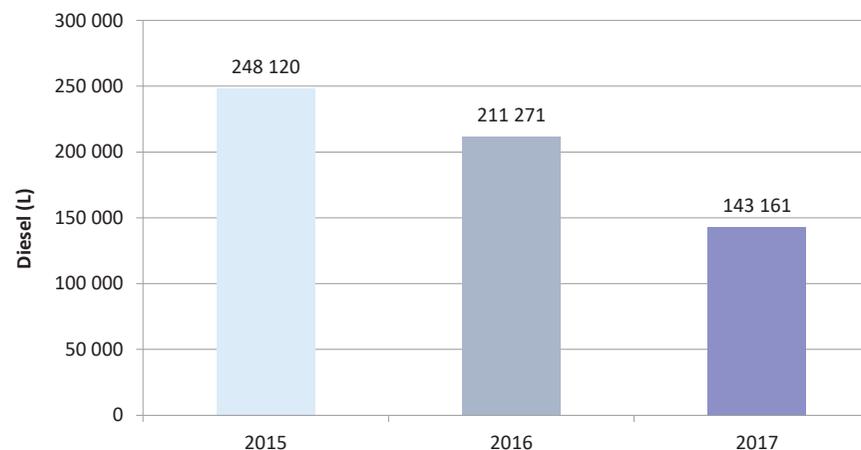


Gráfico 6: Consumo Anual de Diesel.

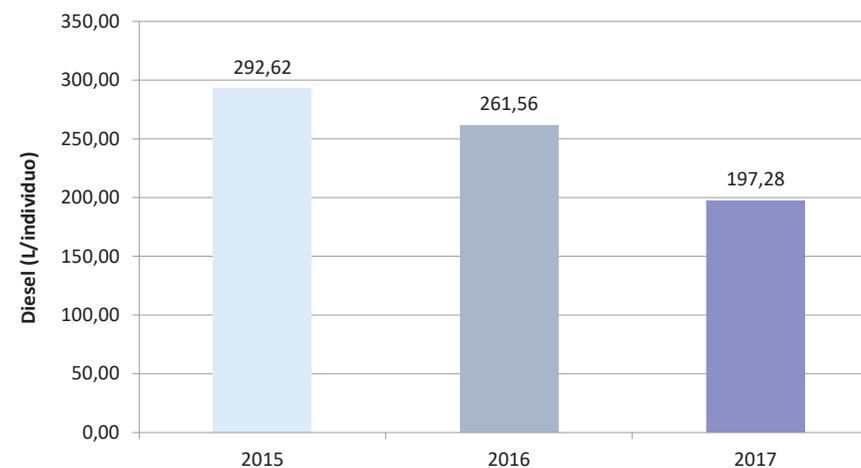


Gráfico 7: Consumo Mensal de Diesel por indivíduo.

5.2.1.4. Consumo de Gasolina

São poucos os equipamentos da Unidade que consomem gasolina. Essencialmente são aparelhos de manutenção, em especial de espaços verdes, tais como: roçadoras, motosserras, sopradores, corta relvas, entre outros.

Também neste domínio, como se pode observar no Gráfico 8, se verificou uma redução significativa face ao ano transato. Contudo, dada a quantidade anual consumida deste recurso, este torna-se mais sensível a variações e acusa, com maior veemência, o volume de trabalhos realizados na área de manutenção dos espaços verdes. Assim, um ano em que se realize um menor número de trabalhos resulta, posteriormente, num menor consumo de Gasolina.



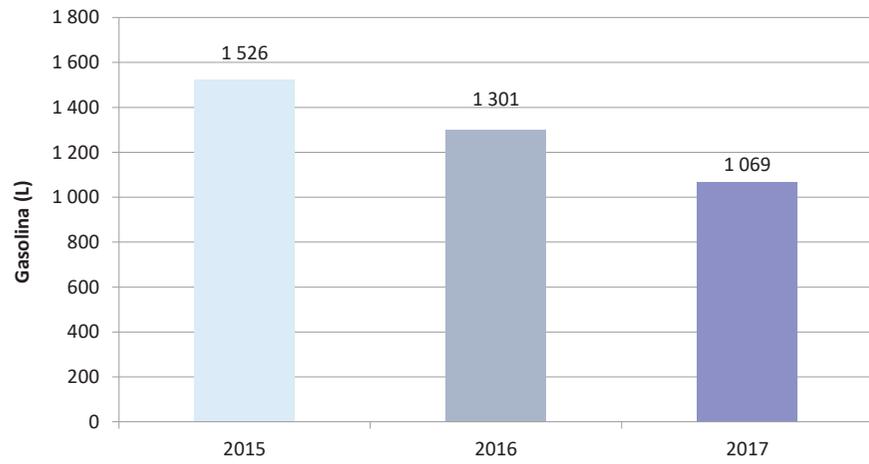


Gráfico 8: Consumo Anual de Gasolina.

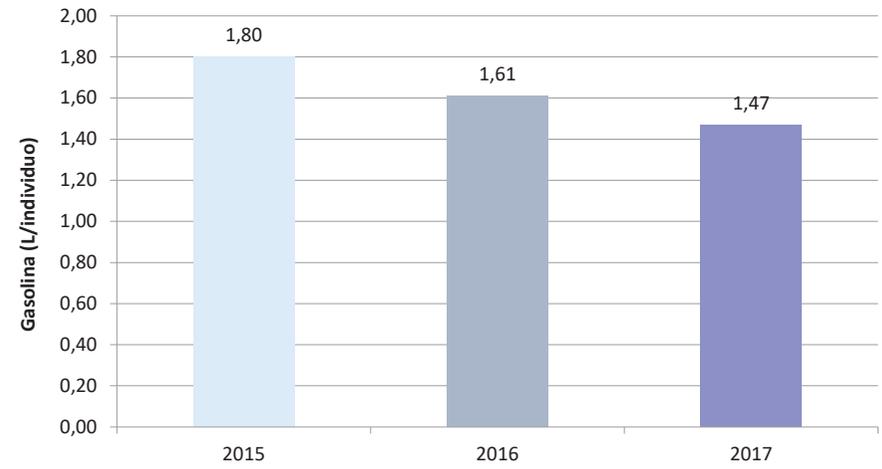


Gráfico 9: Consumo Anual de Gasolina por indivíduo.

5.2.1.5. Consumo de Gás Natural

A Base Aérea N.º 5 utiliza essencialmente gás natural para o aquecimento de águas sanitárias, aquecimento de edifícios, produção de vapor e confeção de alimentos. Assim, considerando que este indicador está fortemente associado ao volume de atividade operacional, o respetivo valor B foi ajustado de forma a transparecer melhor a realidade, resultando, em 2017, na diminuição deste Indicador Ambiental face a 2016.

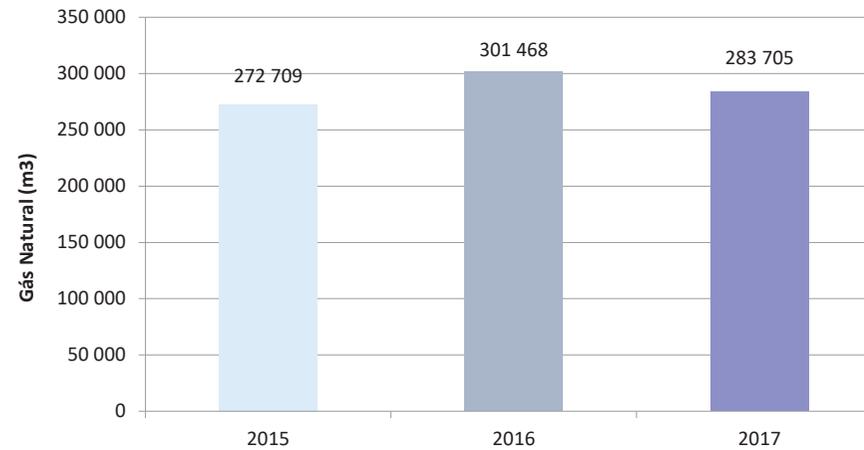


Gráfico 10: Consumo Anual de Gás Natural.

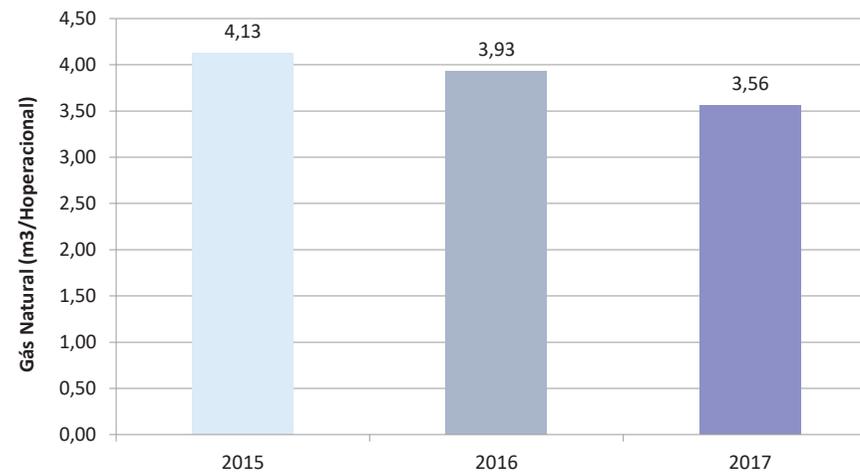


Gráfico 11: Consumo Anual de Gás Natural por Horas Atividade Operacional.

5.2.1.6. Consumo de GPL

Na Unidade existem também algumas centrais de aquecimento a GPL, nomeadamente em 4 das 16 centrais de aquecimento existentes para AQS e aquecimento dos edifícios. Apresentado um comportamento semelhante ao Gás Natural, os consumos de GPL obtiveram, em 2016, um ligeiro aumento, face aos consumos de 2015 (Gráfico 12). No entanto, dada a diminuição de população residente na Unidade, devido à ocorrência de um maior número de exercícios no decorrer do ano de 2016 do que no ano de 2017, o consumo deste recurso acaba por apresentar, neste ano, valores mais baixos, provando, desta forma, a influência que o número de residentes tem sobre este indicador.

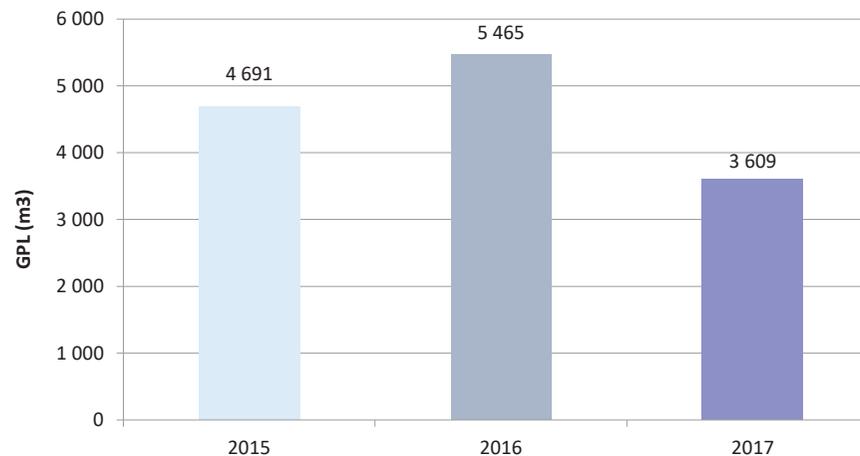


Gráfico 12: Consumo Anual de GPL

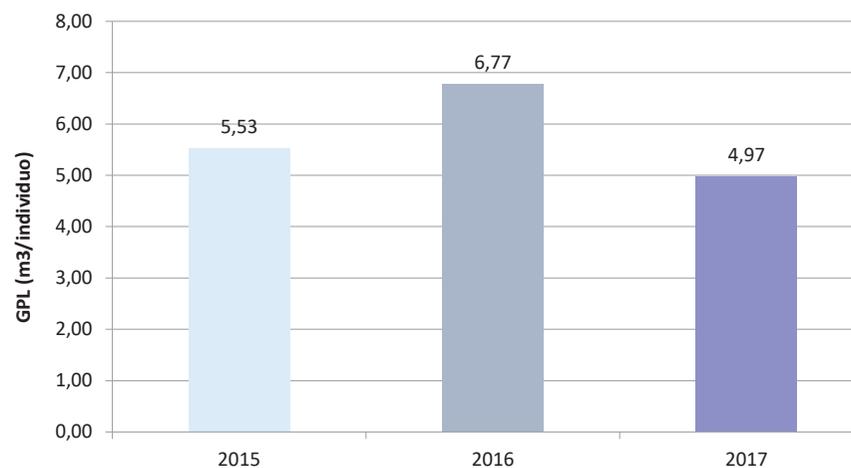


Gráfico 13: Consumo Anual de GPL por Indivíduo.

5.2.2. Consumo de Papel

Os consumos de papel na Unidade são relativos às quantidades requisitadas pelas diversas subunidades à Secção de Material de Expediente, Higiene, Proteção e Limpeza. Fruto de várias medidas de eficiência implementadas na Unidade nos últimos anos, como a obrigatoriedade de impressão frente e verso, a utilização preferencial do GroupWise (e-mail institucional) na comunicação ao invés do impresso escrito e a implementação de um sistema de correspondência digital, é possível verificar-se uma diminuição do consumo deste recurso (Gráfico 14).

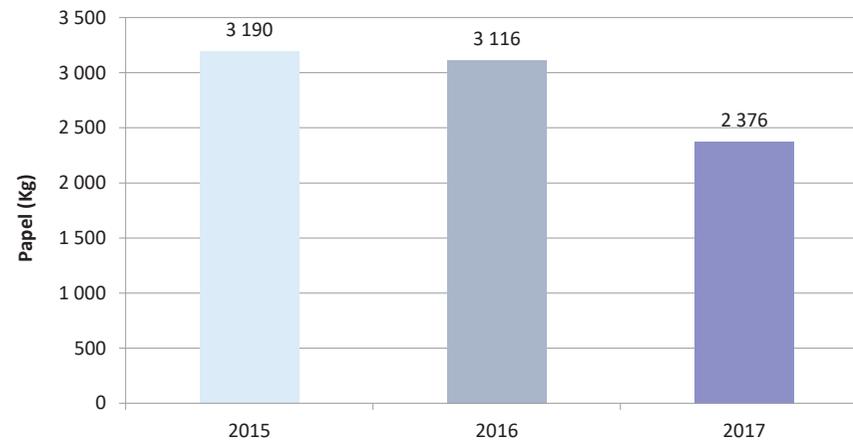


Gráfico 14: Consumo Anual de Papel

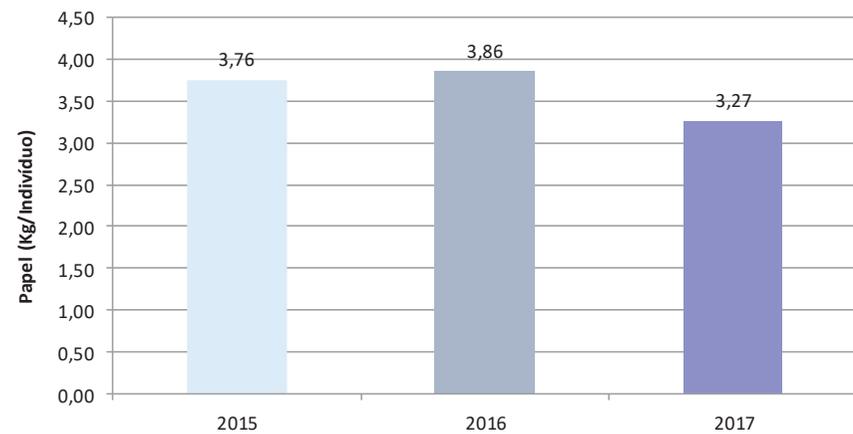


Gráfico 15: Consumo Anual de Papel por indivíduo.

5.2.3.

Água

5.2.3.1. Consumo de Água

A água para consumo abastecida provém de três furos situados dentro da Unidade, recaindo nesta a responsabilidade de assegurar a correta gestão da rede de abastecimento e garantir a qualidade da água distribuída.

A BAS tem vindo a desenvolver várias medidas que resultaram na redução do consumo de água nos últimos anos, tais como a forte sensibilização aos militares e civis que frequentam a Unidade para uma utilização eficiente e responsável deste recurso e a instalação de um sistema de recolha de águas pluviais, proveniente dos telhados da Secção Cinófila, para a lavagem dos respetivos canis.

No entanto, dada a dimensão e a idade da rede de abastecimento, ocorrem, ao longo do ano, situações de difícil controlo, como as fugas e ruturas na rede, que contribuem negativamente para o desempenho ambiental.

É importante ainda referir que a Unidade, a 15OUT17, testemunhou um dos maiores incêndios a nível nacional e que este, dada a sua dimensão, para além dos impactes diretos na natureza, provocou um aumento no consumo de água.

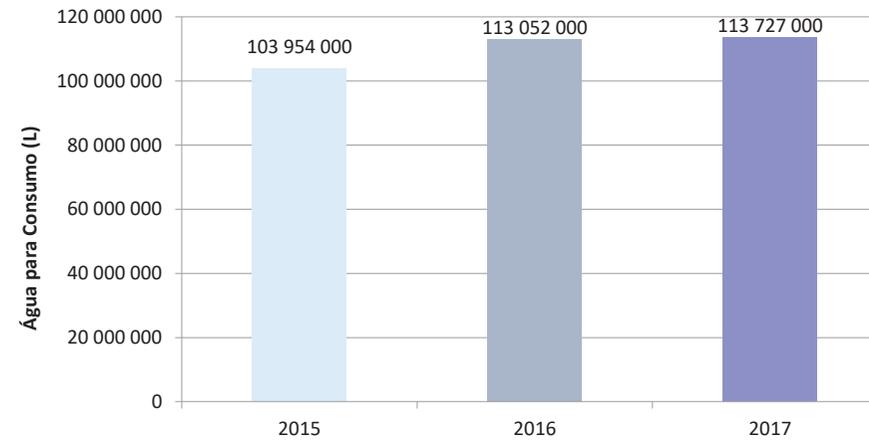


Gráfico 16: Consumo Anual de Água.

Os consumos de água, na sua totalidade, têm vindo a aumentar ao longo dos anos, contudo, como se pode verificar nos Gráficos 16 e 17, o respetivo indicador, entre 2015 e 2017, diminuiu, dado o aumento de atividade operacional que se tem verificado no mesmo período. Também neste Indicador Ambiental, dada a influência que a atividade operacional tem nos consumos de água, houve a necessidade de alterar o respetivo valor B, tornando o presente Indicador mais adequado à Unidade.

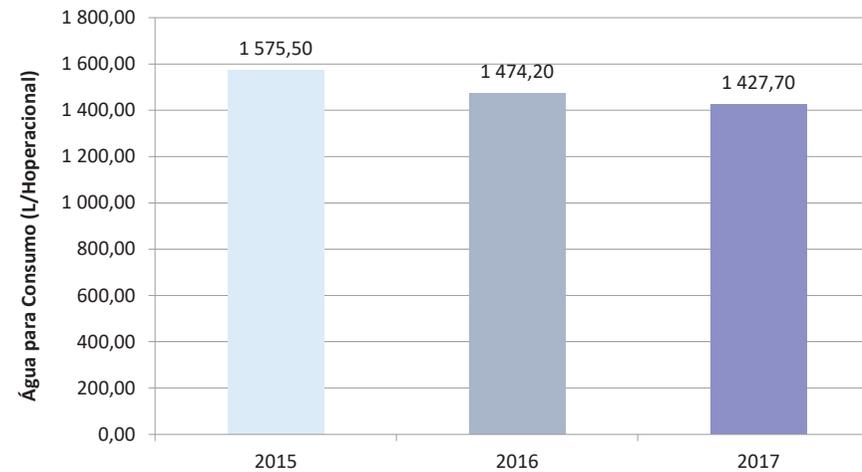


Gráfico 17: Consumo Anual de Água por Horas Atividade Operacional.

5.2.3.2. Água Residual Tratada

A água residual produzida na Unidade é encaminhada para a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) localizada no interior da mesma. Esta água que é conduzida até à entrada da ETAR é composta, maioritariamente, por água residual doméstica e águas pluviais, nos meses de maior precipitação, sendo também composta por água proveniente das áreas operacionais da Unidade.

Desta forma os valores deste indicador ambiental encontram-se condicionados pelos valores de precipitação local, pela densidade populacional presente na Unidade ao longo do ano e pelo volume de horas de trabalho nas mais diversas secções.

Contudo constata-se que, no ano de 2017, houve uma redução considerável de produção anual de águas residuais (Gráfico X).



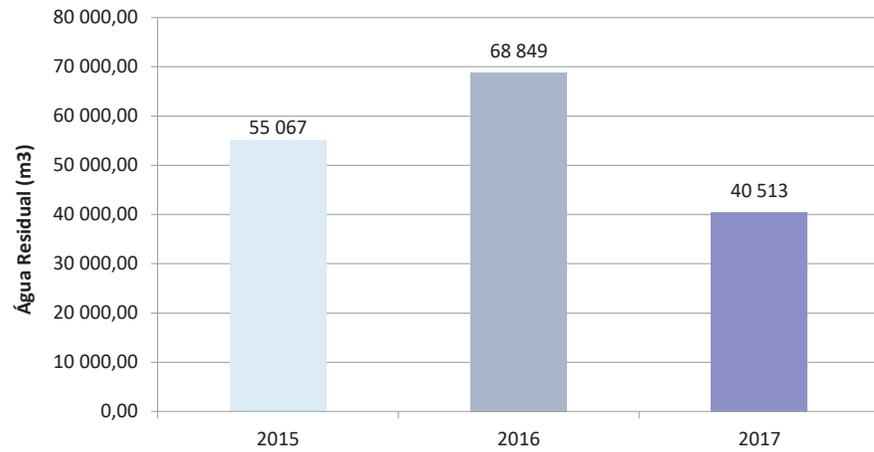


Gráfico 18: Produção Anual de Água Residual.

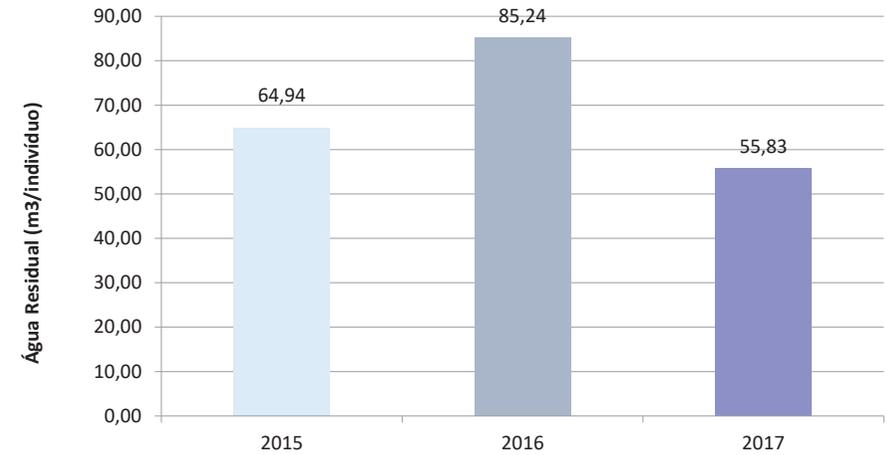


Gráfico 19: Produção Anual de Água Residual por indivíduo.

5.2.4.

Resíduos

5.2.4.1.

Resíduos Sólidos Urbanos

Devido à diversidade das atividades desenvolvidas na Unidade, a tipologia dos resíduos produzidos corresponde a uma vasta gama. No entanto estes podem ser divididos em resíduos sólidos urbanos (RSU) e em resíduos perigosos.

56

Os RSU, ao contrário dos anos anteriores a 2016, passaram a ser geridos pela Unidade e, desta forma, foram igualmente contabilizados e registados. Assim é possível realizar uma análise comparativa de valores finais relativos a 2016 e 2017.

Através da leitura dos gráficos é possível verificar que houve uma ligeira diminuição na produção de RSU, o que pode indicar que há uma melhor separação dos resíduos produzidos na Unidade, impedindo, desta forma, o encaminhamento de resíduos valorizáveis para aterro.



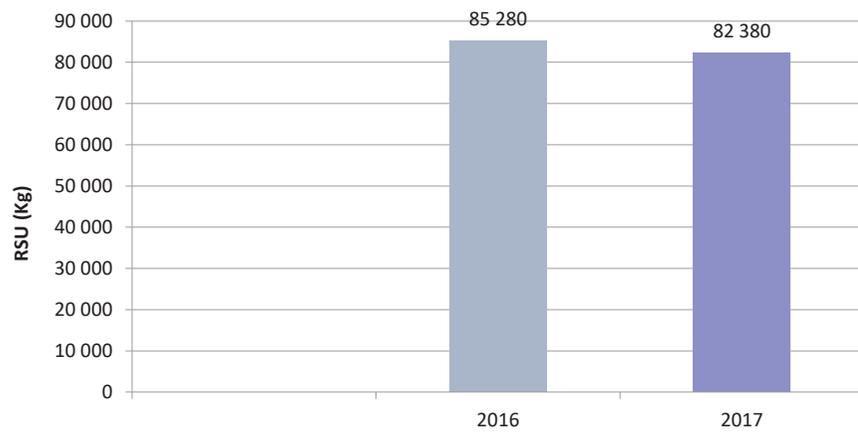


Gráfico 20: Produção Anual de RSU.

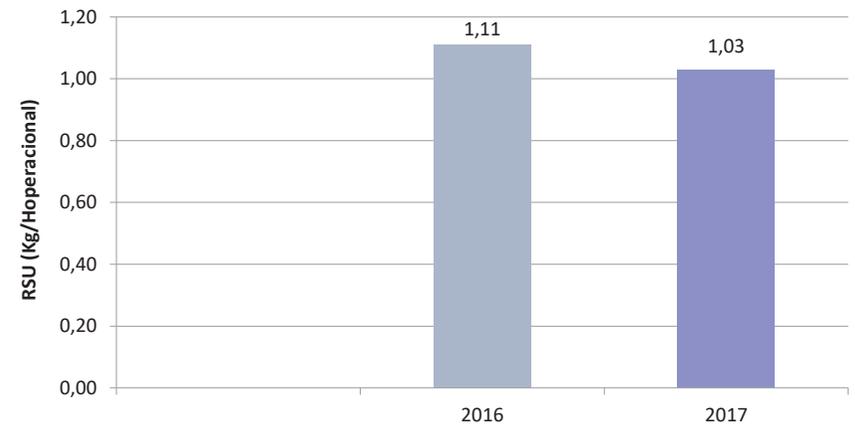
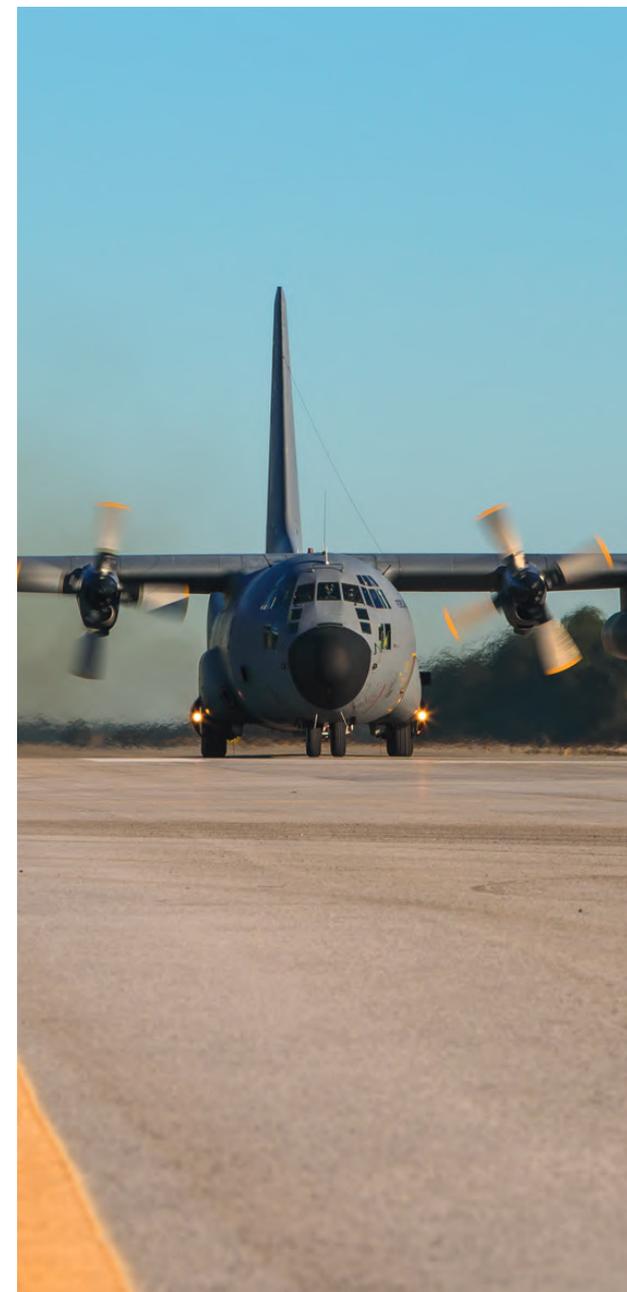


Gráfico 21: Produção Anual de RSU por Horas Atividade Operacional.

5.2.4.2. Outros Resíduos

Quanto aos outros fluxos, que são devidamente encaminhados pela Unidade, já é possível confrontar os resultados com os outros anos. A produção destes resíduos está associada ao volume de atividade realizado nas áreas de manutenção, contudo, ainda que o número de horas associadas à operação e manutenção, em 2017, sejam superiores ao do ano anterior, nota-se uma diminuição de produção destes resíduos (Gráfico 22).

Quanto aos outros fluxos, que são devidamente encaminhados pela Unidade, já é possível confrontar os resultados dos últimos três anos. A produção destes resíduos está associada ao volume de atividade realizada nas áreas de manutenção, contudo, ainda que o número de horas associadas à operação e manutenção, em 2017, seja superior ao do ano anterior, nota-se uma diminuição de produção destes resíduos (Gráfico 23).



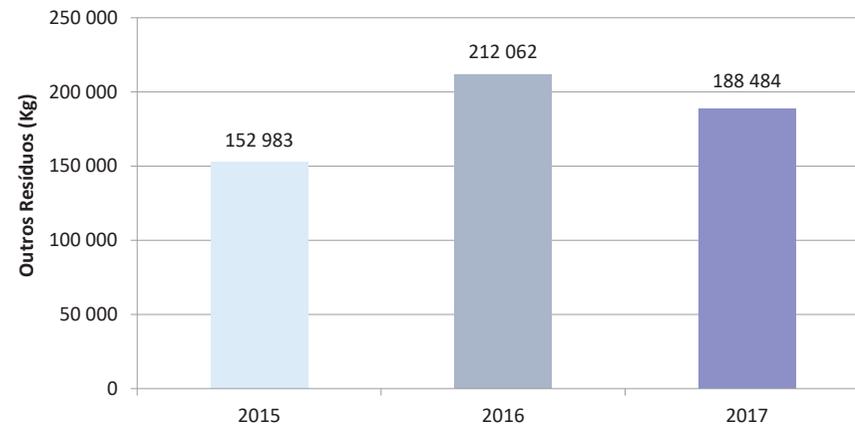


Gráfico 22: Produção Anual de Outros Resíduos.

Esta diminuição pode significar que há uma maior aposta na reutilização e aproveitamento de materiais nas áreas de manutenção, provando a existência de uma política que permite promover mecanismos que incentivam a transformação de resíduos em novos produtos, através da inovação, reutilização, recuperação e reciclagem, conduzindo, desta forma, a um modelo circular de serviços.

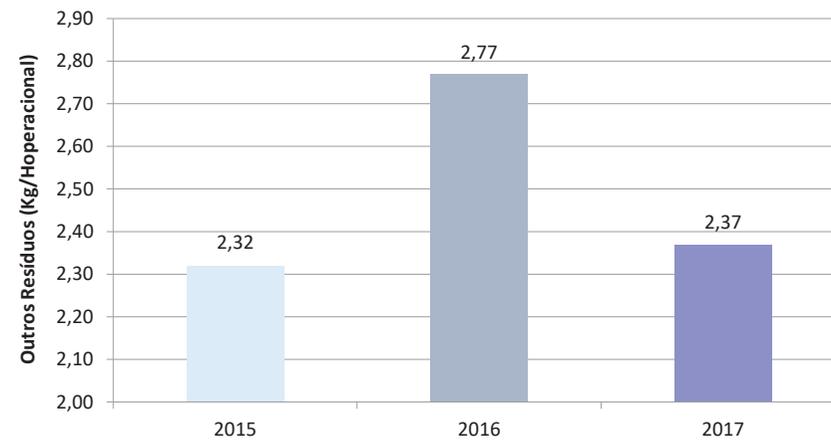


Gráfico 23: Produção Anual de Outros Resíduos por Horas Atividade Operacional.

Quanto ao destino final da totalidade dos resíduos, é possível verificar, que grande parte destes é encaminhada para valorização e reutilização, sendo que, ainda assim, cerca de 30% é depositada em aterro.

No entanto, torna-se importante referir que, devido ao tipo de missão atribuída à Unidade, grande parte da gestão de resíduos é vocacionada para materiais perigosos, o que apresenta várias implicações no que toca à sua valorização ou reutilização.

60

Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Valorização D		
Outros ácidos.	060106(*)	100
Resíduos contendo mercúrio	060404(*)	2
Resíduos de colas ou vedantes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080409(*)	222
Líquidos de lavagem aquosos	120301(*)	2336
Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas	160303(*)	44
Objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	180101	11,076
Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infecções	180103(*)	76,219
Detergentes contendo substâncias perigosas	200129(*)	66
Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	200301	82380

Tabela 8: Quantidade Resíduos Encaminhados para Operações de Eliminação.



Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Valorização R		
Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080111(*)	135
Resíduos de tonner de impressão contendo substâncias perigosas	080317(*)	105
Resíduos de tonner de impressão não abrangidos em 08 03 17	080318	225
Óleos hidráulicos minerais não clorados	130110(*)	1246
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	130208(*)	2678
Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água	130507(*)	21780
Outros combustíveis (incluindo misturas)	130703(*)	3221
Outros solventes e misturas de solventes	140603(*)	962
Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas.	150110(*)	1130
Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa	150111(*)	137
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas.	150202(*)	3221
Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02	150203	131
Filtros de óleo	160107(*)	189
Metais ferrosos.	160117	265
Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13.	160214	2120
Resíduos contendo hidrocarbonetos.	160708(*)	93949
Lamas do tratamento de águas residuais urbanas.	190805	29780
Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares	190809	6040
Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio.	200121	20
Óleos e gorduras alimentares	200125	803
Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo essas pilhas ou acumuladores.	200133(*)	193,6
Metais.	200140	17140

Tabela 9: Quantidade Resíduos Encaminhados para Operações de Valorização.

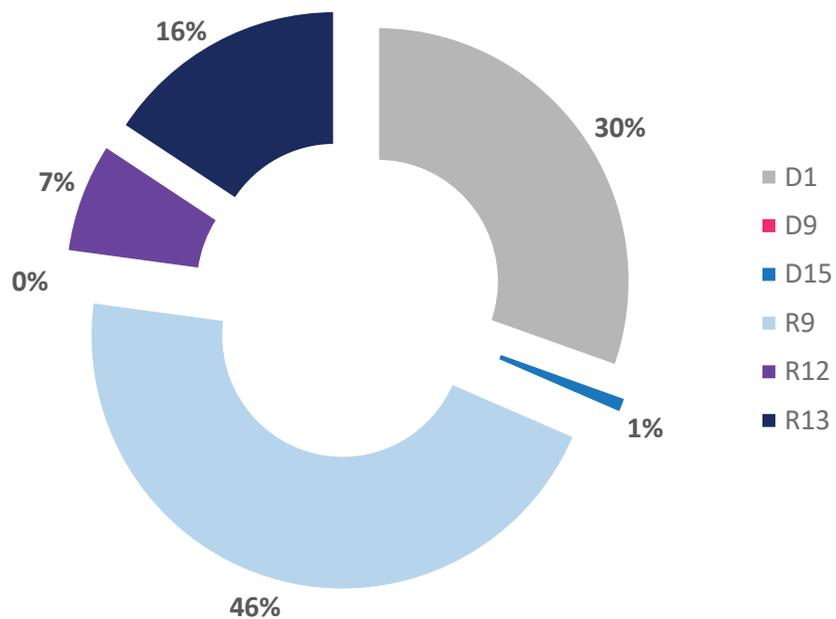


Gráfico 24: Tipos de Tratamento de Resíduos Encaminhados.

Código	Designação do Tratamento
R9	Refinação de óleos e outras reutilizações
R12	Troca de resíduos para valorização
R13	Acumulação de resíduos para valorização
D1	Deposição em aterro
D9	Tratamento biológico
D15	Armazenagem para eliminação

Tabela 7: Designação dos Tipos de Tratamento.

5.2.5. Biodiversidade

A Unidade ocupa uma área de cerca de 4.822.000 m², dos quais cerca de 1.000.000 m² em área construída (edifícios, pistas, placas), cerca de 3.822.000 m² de espaços verdes, das quais a floresta com 3.581.000 m² e outras áreas verdes com 241.000 m², sendo garantida a sua adequada manutenção permitindo assim que sirva de habitat para animais selvagens.

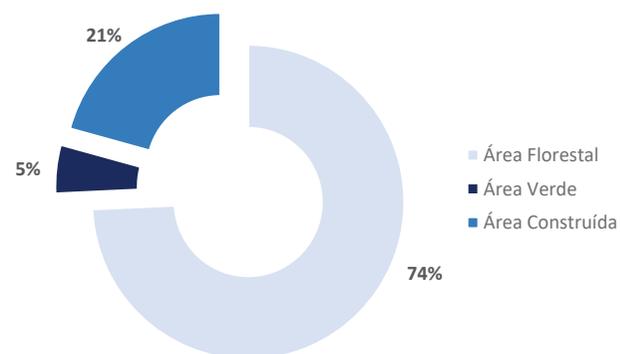


Gráfico 25: Áreas da Unidade.

5.2.6. Emissão Total de GEE

A emissão de GEE está relacionada com inúmeros fatores, muitos deles com impossibilidade momentânea de serem quantificadas. O Gráfico 23 retrata os consumos da energia elétrica, gás natural, GPL, gasóleo e gasolina como fontes produtoras de GEE e foram quantificados com base no Despacho nº 17313 de 26 de junho de 2008. Para este indicador não entra a contabilização dos consumos de JP8 (combustível das aeronaves F-16) por ser uma matéria considerada classificada. A produção de energia renovável foi considerada como fonte mitigadora de GEE.

Naturalmente, com a diminuição de alguns indicadores analisados anteriormente, seria esperado que também uma redução anual deste indicador, ainda que ligeira, como se pode verificar.

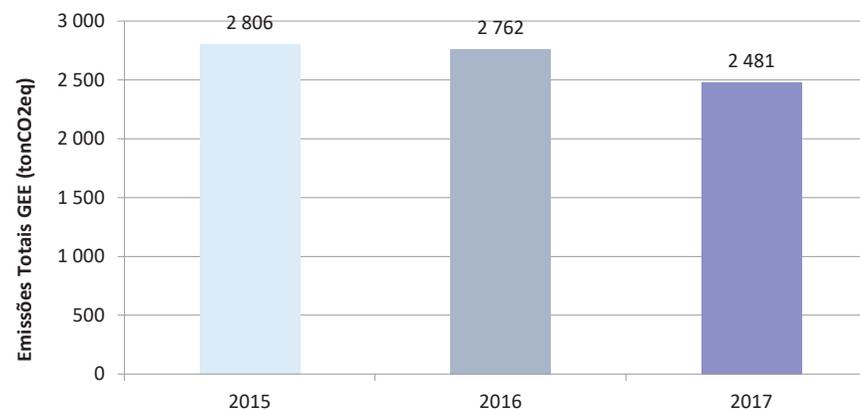


Gráfico 26: Produção Anual de GEE.

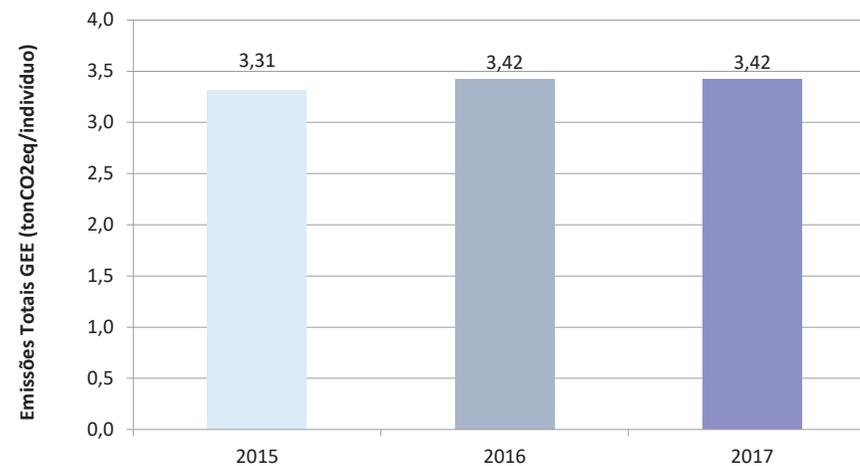


Gráfico 27: Produção Anual de GEE por indivíduo.

5.3

Indicadores Ambientais 2017

DESCRITORES	INDICADORES AMBIENTAIS	VALORES A 2017	INDICADORES DESEMPENHO	VALORES B 2017	UNIDADES (A/B)	VALORES R 2017
Eficiência Energética	Consumo Energia Elétrica (kWh)	3.074.234	Horas de Atividade Operacional	79.657	(kWh/h)	38,59
	Consumo de Diesel (L)	143.161	Número de Indivíduos	726	(L/ind)	197,28
	Consumo de Gasolina (L)	1.069	Número de Indivíduos	726	(L/ind)	1,47
	Consumo de Gás Natural (m ³)	233.961	Horas de Atividade Operacional	79.657	(m ³ /h)	3,56
	Consumo de GPL (m ³)	3.609	Número de Indivíduos	726	(m ³ /ind)	4,97
Água	Consumo de Água (m ³)	113.727	Horas de Atividade Operacional	79.657	(m ³ /h)	1.428
	Água Residual Tratada (m ³)	41.513	Número de Indivíduos	726	(m ³ /ind)	57,18
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos (Kg)	82.380	Horas de Atividade Operacional	79.657	(Kg/h)	1,03
	Outros Resíduos (Kg)	188.484	Horas de Atividade Operacional	79.657	(Kg/h)	2,37
	Valorização Resíduos	185.627	Total Resíduos Produzidos	270.864	%	68
Papel	Consumo de Papel (Kg)	2.376	Número de Indivíduos	726	(Kg/ind)	3,27
Biodiversidade	Área Florestal (m ²)	3.882.000	Área Total	4.822.00	%	74
Emissão Total de GEE	Emissão Total de GEE (KgCO ₂ eq)	2.481	Número de Indivíduos	726	(KgCO ₂ eq/ind)	3,42

Tabela 10: Resumo dos Indicadores Ambientais 2017.

6. Requisitos Legais



6.1. Principais Requisitos Legais

Atendendo às características próprias e à elevada variedade de atividades desenvolvidas, a Base Aérea N.º 5 assemelha-se a uma pequena cidade. Desta forma, as disposições legais aplicadas à Unidade abarcam uma grande diversidade de legislação ambiental. A seguir indica-se uma lista não exaustiva de serviços existentes na Unidade com relação direta, em maior ou menor grau, com Aspectos Ambientais:

- Captação, tratamento e abastecimento de água para consumo;
- Saneamento e tratamento de águas residuais;
- Produção e distribuição de energia elétrica;
- Climatização de instalações;
- Serviços administrativos;
- Alojamentos e residências;
- Manutenção de infraestruturas;
- Manutenção de equipamentos e viaturas;
- Manutenção de aeronaves;
- Manutenção de espaços verdes;
- Confeção e serviço de alimentação;
- Manutenção e utilização de equipamentos e espaços desportivos;
- Manutenção e utilização de armamento;
- Transporte de recursos humanos e de bens materiais;
- Armazenamento e utilização de produtos químicos;
- Produção e gestão de resíduos sólidos urbanos e resíduos perigosos;
- Prestação de serviços de saúde;
- Serviços de Assistência e Socorro.

Verifica-se que cada função acima descrita, apresenta uma componente ambiental associada e distinta. Assim, as mesmas disposições legais aplicáveis à Unidade encontram-se representadas simultaneamente em diversas atividades, mas expressam-se de acordo com o serviço em questão. No entanto, podem identificar-se isenções na legislação devido ao contexto militar previsto em alguns diplomas. Apesar das isenções existentes, a Unidade encontra-se empenhada na aplicação dos esforços necessários com o intuito de cumprir com os requisitos legais ambientais dentro das suas possibilidades, sem comprometer o cumprimento da missão que é a segurança do espaço aéreo nacional.

Tal como referenciado anteriormente, a listagem de documentação legal é extensa e a sua atualização faz parte do processo de registo do SGA, pelo que são apresentadas, de seguida, apenas as principais referências que tutelam a gestão ambiental na Unidade, o desempenho relativo à sua aplicação, bem como a conformidade face aos requisitos legais.



Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Água para consumo humano	Autorização de captação Cumprimento dos volumes limite de captação Registos e comunicação a entidades competentes Taxa de Recursos Hídricos	Furo ACA24 -227/2008; Furo PS2 - 223/2008 Furo PS1 - A006662.2016.RH4 de 2016/05/24, aumento de captação Volumes limite de captação conforme. Comunicação à ARH. Pagamento conforme
Água residual tratada	Autorização de descarga Cumprimento Plano Monitorização Cumprimento Valores Limite de Descarga Registos e comunicação a entidades competentes	ETAR - licença L007038.2016.RH4 Fossa séptica do Hangar A (EMAE) com licença nº P007309.2016.RH04, Fossa séptica dos misseis com licença nº P006836.2016.RH4 e 5 separadores de hidrocarbonetos com licenças nº: L006898.2016.RH4, L006891.2016.RH4, L006896.2016.RH4, L006863.2016.RH4, L006971.2016.RH4. Planos de monitorização, valores limite, registo e comunicação, em curso.
Ar - Fontes Fixas	Cumprimento Planos de Monitorização Cumprimento Valores Limite de Emissão Aspetos construtivos das chaminés	Monitorização efetuada: Relatório MG 148-1/2015 de ABR Relatório MG 678-1/2015 de NOV Valores limite conformes Construção conforme
Ar - ODS	Inventário Equipamentos Utilização de substâncias permitidas Verificação de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Quantidades de ODS e Gases Fluorados. Conforme - R22, Fichas preenchidas Conforme, Certificado 2844R/15-A
Ar - Gases Fluorados e refrigerantes	Inventário Equipamentos Verificação periódica de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Formulario em SIRAPA nº 134225/2017 Certificado FLU1737 até 13/04/2022
Armazenamento de combustíveis. Petróleo e derivados	Licenciamento Verificações periódicas	Licenciamento SIINFRAS nº 125-229, 125-497, 125-213, 125-505, 125-507, 125-508 Inspeção DAT 16ABR2013 e IMI (NATO) 08OUT2013
Equipamentos Sob Pressão	Registo Autorização de funcionamento Licenciamento Verificações periódicas	Tanques Oxigénio: Instalação e autorização nº 014319/C e 014320/C Tanques Azoto: Instalação e autorização nº 014318/C e 014321/C 30/06/2015
Embalagens	Responsabilidade na gestão dos resíduos	Enviada para entidade certificada VALORLIS

Tabela 11: Requisitos Legais aplicáveis à Base Aérea N.º 5.

Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Floresta	PGF Erradicação de Coníferas hospedeiras	Submetida após publicitação ao ICNF 31MAI2016 Relatório ACHAR/1 04/02/2013 e manifestos de abate 2013/99067 e 2013/110456
Gestão de Resíduos - Industriais, Urbanos, Hospitalares, Pneus	Classificação dos resíduos Minimização / separação na origem Transporte Destino final autorizado Quantificação Registo e comunicação a entidades competentes (MIRR)	Transporte efetuado com GAR para operadores licenciados. Hospitalares - contrato com Cannon Hygiene EPR: Direção Saúde da FA Parques de Resíduos na Unidade, PATRI 1 e PATRI 2. Código APA - APA00079419. Submissão MIRR2017 12MAR2018
Pilhas e Acumuladores usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Ecopilhas, com GAR e operação R13 Pilhas e acumuladores industriais - Entidade: Exide Technologies Recycling II com GAR e operação R4
Óleos Usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	SOGILUB, acordo PROU N° 10099521 13ABR16 Emitidas GAR, operação R09
Óleos Usados Alimentares	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Oleotorres, APA00058814 Emitidas GAR, operação R13 MIRR2017 12MAR2018
REEE	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Recolha em pontos localizados na Unidade. Protocolo Amb3E de 29/05/2009
Radiações eletromagnéticas	Plano Verificação	Plano elaborado anualmente. Efetuado em 2015. Em conformidade
Segurança Contra Incêndios	Plano Verificações periódicas extintores	Manual da Força Aérea - Sistema Integrado de Prevenção contra Incêndios Verificações em conformidade Verificadores certificados n° 0440.EXTI.15.2015.L em 01/12/2015
Substâncias perigosas	Não utilização de substâncias ou preparações perigosas restringidas ou proibidas Classificação, Embalagem e Rotulagem Fichas de Dados de Segurança	Fichas de Dados de Segurança em Português, excluindo as relativas aos produtos de aplicação exclusiva em aeronáutica e importados diretamente pela Organização militar.
Transporte de Matérias Perigosas	Viaturas Condutores Conselheiro Segurança	Viaturas inspecionadas e em conformidade. Condutores com licença ADR para combustíveis e explosivos. Conselheiro de segurança com certificado n° 684/2007 válido até 28/06/2020

Tabela 11: Requisitos Legais Aplicáveis à Base Aérea N.º 5.



7. Partes Interessadas



7. Partes Interessadas

A comunicação é um ponto essencial na eficácia do SGA da BAS, uma vez que permite não só uma maior envolvimento dos militares e civis da Unidade, como também aumentar a consciencialização para as questões ambientais. Esta preocupação permite à BAS criar sinergias com as partes interessadas, indo ao encontro dos valores e expectativas das mesmas. Assim, são promovidas diversas atividades, formações e sensibilizações no domínio ambiental, que visam responder às necessidades de comunicação da Unidade e, por outro lado, asseguram a disponibilização de informação ao público.

A principal informação comunicada internamente é referente, de forma geral, à Política Ambiental, objetivos e metas, à atribuição de funções e responsabilidades ambientais, à divulgação dos requisitos de legislação ambiental, à análise do desempenho ambiental, aos procedimentos relativos a tarefas que afetam aspetos ambientais significativos e aos principais riscos e procedimentos de resposta a emergências. Este processo permite uma sensibilização junto do pessoal da Unidade e das partes interessadas, como também viabiliza a implementação mais capaz de medidas de precaução face às ocorrências ambientais reportadas.

Para efetuar a comunicação destes temas, junto do pessoal dos vários setores da BAS, podem ser utilizados diversos métodos de comunicação, nomeadamente as reuniões, ações de formação, impressos de comunicação interna, artigos no jornal ou página da intranet, GroupWise, placards, cartazes, panfletos, caixas de sugestões e qualquer comunicação verbal.

A BAS tem dado primazia à formação e sensibilização contínua dos seus trabalhadores, considerando que esta aposta é essencial para a excelência e melhoria do seu desempenho ambiental. Desta forma, quer o GQA, na Unidade, quer os próprios DST&A, nas suas secções, têm a responsabilidade de realizar ações de sensibilização (Gráfico 28).

74

Por outro lado a BAS tem vindo a desenvolver algumas outras atividades, a fim de assinalar os dias de maior importância ambiental. Caso disso foi o Dia Mundial da Árvore, em que, de modo a reforçar a importância desta data, a Unidade realizou uma cerimónia simbólica, com a plantação de um castanheiro (*Castanea sativa* L.).

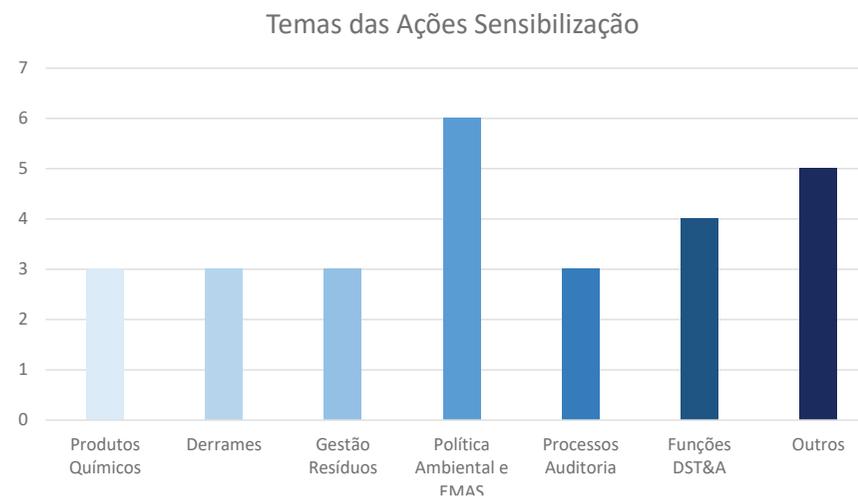


Gráfico 28: Ações Sensibilização Realizadas em 2017.



Imagem 1: Cerimónia do Dia da Árvore.

A comunicação abrange as partes interessadas, permitindo à BA5 demonstrar o seu desempenho ambiental. Os principais conteúdos comunicados são a Política Ambiental, os principais aspetos e impactes ambientais significativos e os dados sobre o desempenho ambiental, que se podem encontrar tanto da Declaração Ambiental, como no Relatório de Sustentabilidade Ambiental.

Em 2017 a BA5 contou com a presença de várias visitas no âmbito do Dia da Defesa Nacional e visitas de carácter pontual, como o Dia da Base Aberta e da Sua Santidade, o Papa Francisco. As visitas corresponderam a um universo de mais de 36.000 pessoas ao longo do ano, superior às 24.000 registadas no ano anterior.

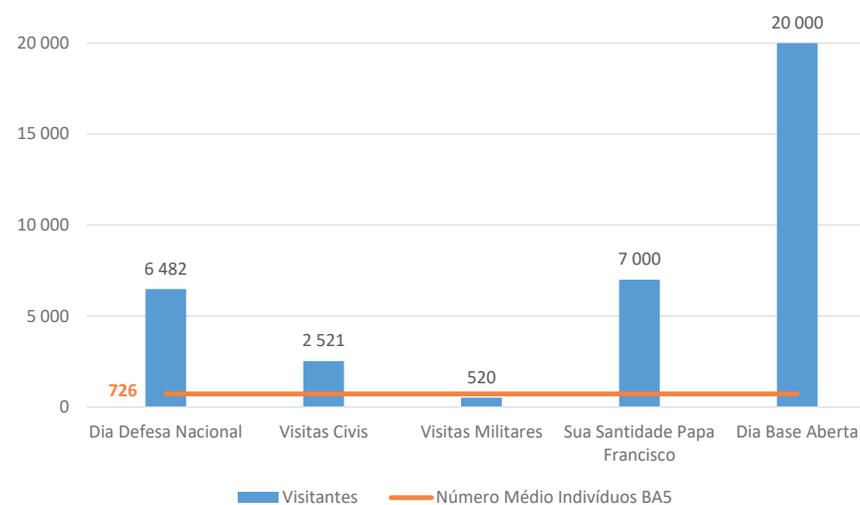


Gráfico 29: Número de visitantes à Unidade em 2017.

No Dia da Base Aberta, o GQA, juntamente com a Valorlis, entidade responsável pela valorização e tratamento de resíduos sólidos, realizou ainda um Eco-Evento, que consistiu, por um lado, na recolha e pesagem de resíduos do Ecoponto Amarelo (plástico/metal), para posterior pesagem e divulgação, bem como, por outro lado, numa sessão de workshops de sensibilização ambiental junto dos visitantes, promovendo as práticas de reciclagem. Nesta iniciativa, onde foi assumido o compromisso de reduzir o impacto ambiental resultante da mesma, promovendo a gestão adequada dos resíduos resultantes, foram separados cerca de 130 kg de resíduos de embalagem.



Imagem 2: Eco Evento do Dia Base Aberta

Atendendo à importância da divulgação das boas práticas ambientais, a BAS após um criterioso processo de candidatura, foi selecionada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), organismo competente, para representar Portugal, no EMAS Awards 2017, prémio que visa premiar os esforços realizados em matéria de conservação do ambiente, estando presente nos 20 finalistas, admitidos pela Comissão Europeia, de entre as cerca de 4.000 organizações europeias registadas no EMAS.



Imagem 3: Cerimónia EMAS Awards 2017.

Ainda neste âmbito, a Unidade concorreu, com o tema “EstratagEMAS”, à 24ª Edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente, que visa premiar a Organização que melhor contributo preste para a qualidade do ambiente, tendo conseguido vencer este prémio de excelência no setor do Ambiente em Portugal.



Imagem 4: Cerimónia Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

Dado o grau de inovação e complexidade na implementação do EMAS nesta Unidade, uma vez que foi a primeira Unidade de Defesa da União Europeia e do Espaço Económico Europeu a conseguir esta certificação, a BAS recebeu ainda alguns convites para participar quer em meios de comunicação, como foi o caso da Revista Desafios, meio de comunicação da NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria, bem como na 2ª edição do seminário Loures INSS – Inovação, Sustentabilidade e Sociedade.

A fim de avaliar as atividades desenvolvidas no GQA, foram elaborados e divulgados questionários, junto de todas as partes interessadas, nomeadamente os militares e civis da Unidade (Gráfico 30), bem como as restantes entidades, organizações e pessoas (Gráfico 31).

Os resultados destes questionários revelam que as partes interessadas avaliam positivamente o trabalho do GQA, com uma média de 8 valores em 10, havendo, porém, alguma margem de melhoria, uma vez que um dos pilares do SGA da Unidade, indo ao encontro dos requisitos da certificação EMAS, é, precisamente, a melhoria contínua.

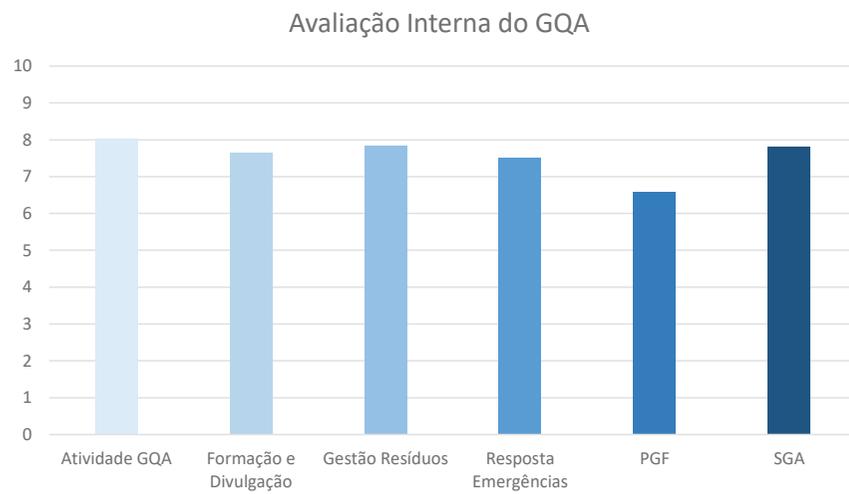


Gráfico 30: Resultado dos Questionários dos Militares e Civis da BAS.

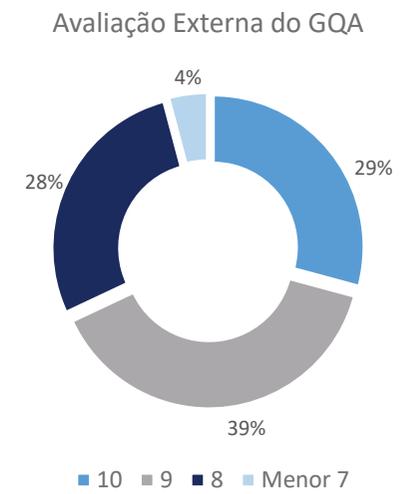


Gráfico 31: Resultado dos Questionários das Partes Interessadas.

8. Verificador Ambiental





A APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-0001 acreditado para o âmbito Actividades de defesa (Código NACE 84.22), declara ter verificado se o local de atividade, tal como indicado na declaração ambiental, da organização

Base Aérea n.º5
Serra Porto de Urso
2425-022 Monte Real

com o número de registo **PT-000115**, cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505, de 28 de agosto, que permite a participação voluntária de organizações num Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- A verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;
- O resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- Os dados e informações contidos na declaração ambiental, do local de atividade refletem a imagem fiável, credível e correta de todas as atividades do local de atividade, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público

Feito em Lisboa, em 28 de junho de 2017


José Leitão
CEO


Maria Helena Pereira
Auditor

DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2017



Defender o ambiente e preservar os recursos naturais é um dever de todos. A transversalidade da política ambiental determina a sua articulação com as demais políticas sectoriais. Conciliar a política ambiental com a política de defesa visa, em todos os seus domínios, a promoção da sustentabilidade da atividade das Forças Armadas. Foi este o rumo que a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional ambicionou ao promover o registo da Base Aérea N.º 5 - Monte Real no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS). Com a divulgação da Declaração Ambiental desta Unidade, pretende-se dar a conhecer à Sociedade Civil o seu desempenho ambiental de uma forma credível, assegurando a transparência no que se refere ao compromisso assumido, em termos ambientais, pela Base Aérea N.º 5.

"Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender."
N.º 1 do Artigo 66.º (Ambiente e qualidade de vida) da Constituição da República Portuguesa.

O Diretor-Geral de Recursos de Defesa Nacional
Alberto António Rodrigues Coelho